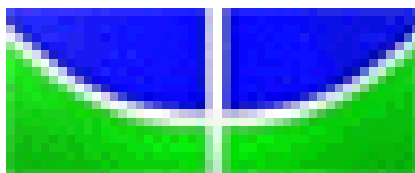


UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ANDIÁRIA FÉLIX DE OLIVEIRA

**MOVIMENTO NEGRO E AÇÕES AFIRMATIVAS:
ótica dos estudantes cotistas do Projeto Afroatitude**

Brasília
2010



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ANDIÁRIA FÉLIX DE OLIVEIRA

**MOVIMENTO NEGRO E AÇÕES AFIRMATIVAS:
ótica dos estudantes cotistas do Projeto Afroatitude**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social, da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Prof.^a Lucélia Luiz Pereira

Brasília
2010

ANDIÁRIA FÉLIX DE OLIVEIRA

**MOVIMENTO NEGRO E AÇÕES AFIRMATIVAS:
ótica dos estudantes cotistas do Projeto Afroatitude**

Monografia de conclusão de curso submetida ao Instituto de Ciências Humanas como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e aprovada pela seguinte banca examinadora.

Prof.^a Lucélia Luiz Pereira (Orientadora-Universidade de Brasília)

Prof.^a Marlene Santos (Departamento de Serviço Social-Universidade de Brasília)

Assistente Social Cristiana dos Santos Luiz

Brasília ____ de setembro de 2010

Dedico estes escritos à minha abençoada e estimada família, que soube incentivar-me e compreender-me nos momentos em que não pude fazer-me presente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, fonte inesgotável de minhas forças, pelo seu amor incondicional. Por propiciar-me sabedoria e discernimento, principalmente nos momentos em que nada parecia dar certo.

Agradeço à minha mãe amada, sustentáculo de minha vida e que sempre me auxiliou nos momentos mais árduos. Sempre me estimulou não me permitindo esmorecer.

Ao meu esposo querido, pela paciência, compreensão e incentivo, pois sua ajuda foi de grande importância neste processo de formação.

Agradeço à minha pequena e adorada filha por me trazer tanta alegria, principalmente em situações de intensa dificuldade. Por me cobrir de carinho e amor nas horas em que a angústia me afligia.

Aos meus padrinhos queridos que de maneiras diversas contribuíram com cada passo dado por mim nesta trajetória.

Agradeço à minha avó (*in memoriam*), pelo exemplo de vida, de esperança e de fortaleza.

A todos os meus parentes, que direta ou indiretamente contribuíram com meu processo de formação.

As professoras Karen e Lucélia, que solidariamente estiveram presentes no processo de construção deste trabalho.

A todos que tornaram possível a conclusão deste estudo.

Canta América

Não o canto de mentira e falsidade
que a ilusão ariana
cantou para o mundo
na conquista do ouro
nem o canto da supremacia dos
derramadores de sangue
das utópicas novas ordens
de napoleônicas conquistas
mas o canto da liberdade dos povos
e do direito do trabalhador...

Solano Trindade

RESUMO

O fio condutor deste estudo se constitui na análise e apreensão do significado dos movimentos negros e das ações afirmativas, em especial o sistema de cotas, para os estudantes cotistas da UnB. Para o efetivo alcance do objetivo central, a investigação baseou-se na técnica da pesquisa qualitativa, sendo realizadas nove entrevistas semi-estruturadas com graduandos cotistas inseridos no Projeto Afroatitude. A partir da análise dos dados, constatou-se que o projeto em questão, se constitui em instrumento viabilizador da permanência na graduação de alguns estudantes cotistas e desempenha papel estratégico no processo de construção da identidade negra e reflexões sobre a temática racial. Neste sentido, os cotistas reconhecem a importância da participação nos movimentos negros, uma vez que tais movimentos combatem o racismo sua manifestação e suas consequências. Além disso, reivindicam a implementação das políticas de ações afirmativas, enquanto possibilidade imediata de inserção da população negra no ensino superior. Em relação às ações afirmativas, os estudantes afirmam a importância de cotas raciais, apesar de alguns entrevistados reforçarem à questão do recorte social e da pobreza, ao invés da cor. Os cotistas demonstraram que em alguma medida são vistos de forma diferente pelos estudantes não cotistas, mas reconhecem que a inserção no Projeto Afroatitude auxiliou no entendimento sobre as cotas como direito da população negra. Destarte, faz-se relevante explicitar que a temática racial torna-se merecedora de maior atenção no Serviço Social, considerando um dos princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social (1993), que admite a plena expansão dos indivíduos sociais, o posicionamento em prol da justiça social e da equidade e o empenho na eliminação das formas de preconceitos.

Palavras-chave: movimentos negros, ações afirmativas, cotas.

ABSTRACT

The purpose of this study is the analysis and understanding of the meaning of the black movements and the affirmative action, mostly the system of quotas for UNB's unitholders. For the effectiveness of the central objective, the research was based on the technique of qualitative research, being conducted nine semi-structured interviews with unitholder students inserted in the Project Afroatitude. From data's analysis, it was found that the project concerned constitutes an instrument that makes possible the continuance of the students in the graduation of and plays a strategic role in the construction of black identity and reflections on the race issue. In this sense, the unitholders recognize the importance of their participation in the black movements, since such movements fight racism, it's manifestation and it's consequences. Furthermore, they claim the implementation of affirmative action policies, while immediate possibility of inserting the black population in higher education. With respect to affirmative action, students affirm the importance of racial quotas, although some interviewed reinforce the question of social divisions and poverty, instead of color. The unitholders have shown that in some occasions they are seen as different from the others students who are not unitholders, but recognize that the inclusion in the Project Afroatitude helped them understanding the extent of the right of the black population. Thus, it is important to explain that the racial issue becomes worthy of greater attention in social work, considering one of the fundamental principles of the Code of Ethics for Social Worker (1993), which allows the full development of individuals and labor, the positioning on favor to social justice and fairness and commitment to the elimination of any forms of preconception.

Key-words: black movements, affirmative actions, quotas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APN's- Agentes Pastorais Negros

CCN- Centro de Convivência Negra

CECAN- Centro de Cultura e Arte Negra

CEP/IH- Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas

CERD- Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação

CNCD- Conselho Nacional de Combate à Discriminação

CNPIR- Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial

DAC- Decanato de Assuntos Comunitários

DDS- Diretoria de Desenvolvimento Social

DST- Doenças Sexualmente Transmissíveis

FNB- Frente Negra Brasileira

GTI População Negra- Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB- Lei de Diretrizes e Bases

MNU- Movimento Unificado

MUCDR- Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial

OIT- Organização Internacional do Trabalho

Pnad- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PTCC- Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso

SEPPIR- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TEN- Teatro Experimental do Negro

UENF- Universidade Estadual Norte-Fluminense

Universidade de Brasília- UnB

UERJ- Universidade do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1-HISTÓRICO DO MOVIMENTO NEGRO	16
CAPÍTULO 2-UM MECANISMO DE ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES RACIAIS	28
2.1 Trabalhando conceitos: Racismo, Preconceito e Discriminação Racial	28
2.2 Ações Afirmativas: uma resposta aos processos reivindicatórios	32
2.2.1 Na Universidade de Brasília – UnB	38
CAPÍTULO 3- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
3.1 A pesquisa qualitativa	40
3.2 A pesquisa de campo	41
3.2.1 Dos entrevistados	42
CAPÍTULO 4- ANÁLISE DE DADOS	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60
ANEXO(S)	63

INTRODUÇÃO

O interesse pela discussão em torno da temática étnico-racial advém de minha participação em movimento negro, especificamente nos Agentes de Pastorais Negros (APN's). À época, minha inquietação direcionava-se aos fatores que poderiam levar ao engajamento da população negra nestes espaços de participação e de luta.

Além desta questão, coloca-se também como fator influenciador desta escolha, a plena expansão dos indivíduos sociais; o posicionamento em prol da justiça social e da equidade; o empenho na eliminação das formas de preconceitos, e o direito constituído do profissional do Serviço Social de apoiar e/ou participar de movimentos sociais comprometidos com a democracia e com os direitos dos cidadãos, princípios fundamentais estabelecidos pelo Código de Ética do Assistente Social (1993).

Após exposição dos fatores que permearam a opção pela temática aqui desenvolvida, faz-se necessário explicitar os crescentes desequilíbrios sócio-econômicos associados ao fator étnico-racial na sociedade brasileira, e suas relações com o movimento negro e com as políticas de ações afirmativas.

A situação de extrema desigualdade dos negros na realidade brasileira pode ser exposta por alguns dados estatísticos relevantes inerentes à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009). A referida pesquisa revela que a população brasileira é composta em sua maioria por negros, pois dos 188 milhões de cidadãos brasileiros que residem no país, 50,6% são considerados negros. Deste total 6,8 % são autotclassificados como pretos e 43,8 % como pardos.

Válido se faz lembrar que a autodeclaração consiste em um critério adotado pelo IBGE e que esses dados devem ser analisados, considerando que tais estatísticas, embora tenham uma autodeclaração que estabelecem cinco categorias- pretos, pardos, brancos, amarelos e indígenas - no momento da análise dos dados, opta-se metodologicamente por utilizar “negro” como categoria que incluem os pardos e os pretos.

Interessante mencionar que existem reflexões acerca das categorias preto e pardo. Nesta perspectiva, José Jorge de Carvalho (2005), a partir de pesquisas, análises e propostas a respeito da reservas de vagas para negros e índios nas universidades brasileiras, explicita a existência de uma visão unilateral voltada para um suposto contínuo de cor que representa a passagem da maior para a menor vantagem racial. Em

outras palavras, tendo o branco como referencial, que acaba por discriminar pretos e pardos, seria mais vantajoso ser pardo se comparado ao preto.

O autor coloca que sob esta ótica as ações afirmativas, na tentativa de retificar as desigualdades sócio-econômicas, expõe a polaridade entre brancos e negros colocando os pardos ao lado dos pretos. Isto alega Carvalho, em nada influencia em regiões onde prevalecem um grande contingente de negros e uma elite branca. No entanto, onde a figura dos pardos se torna preponderante, este modelo encontra resistência.

Voltando as análises estatísticas é importante ressaltar que consta na pesquisa, anteriormente mencionada, uma queda de 0,7 pontos percentual do número de pessoas que se autoclassificaram pretas de 2007 para 2008 e um aumento de pessoas se autocategorizando como pardos relativo a 1,3 pontos percentual. Nota-se também que existe uma grande concentração da população negra no Norte equivalente a 76,1 % e a 70,1 % no Nordeste. A população branca, que no total corresponde a 48,4 %, concentra-se no Sul (78,7 %) e no Sudeste (56,8 %).

Sobre a educação, os dados revelam que existem mais de 53 milhões de estudantes nos vários sistemas, níveis e modalidades de ensino. De acordo com os dados fornecidos pela Pnad (2006), 13,8 % das crianças negras concentram-se na educação infantil ao passo que um número maior, 17,6 %, de crianças brancas, estão na educação infantil. Em relação à pré-escola consta que 60,6 % das crianças negras e 65,3 % das crianças brancas estão neste nível de ensino. No fundamental também não é diferente, uma vez que as informações oriundas do Censo Escolar (2007) revelam que entre jovens brancos de dezesseis anos 70 % concluíram o ensino fundamental obrigatório, enquanto que apenas 30 % dos negros conseguiram terminar.

No ensino médio as desigualdades se repetem, tendo em vista que 62 % dos jovens brancos e 31 % dos jovens negros, numa faixa etária entre quinze e dezessete anos, frequentam a escola. Já no ensino superior, conforme apresentado pelo IPEA, 12,6 % da população branca com mais de 25 anos concluiu o curso em questão, ao passo que 3,9 % da população negra nesta mesma faixa conseguiram chegar ao final do curso superior. Sobre o Censo do Ensino Superior (2007) dados indicam freqüência de 19,9 % de jovens brancos entre 18 e 24 anos e de apenas 7 % de jovens negros freqüentando a graduação.

De acordo com informações do estudo Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça de 2006, divulgado pelo IPEA, no que diz respeito à renda e a pobreza, os negros continuam recebendo renda menor que os brancos. Estes possuidores de uma renda per

capta de R\$ 986,5 e os negros detentores de uma renda per capita equivalente à R\$ 502, o que representa um pouco mais da metade do rendimento dos trabalhadores brancos.

Referente à inserção no mercado de trabalho são os negros que entram mais cedo e saem mais tarde, sendo esse aspecto observado tanto nos homens quanto nas mulheres. O mesmo estudo mostra que entre a população negra com 60 anos ou mais, 34,7 % trabalham ou procuram emprego e que nestas mesmas condições 29,3 % representam a população branca.

Quando se trata da população afrodescendente, torna-se possível ratificar com os dados supracitados, a deficiência bem como a desigualdade de acesso ao mercado de trabalho, à renda e à educação, evidenciando que as desigualdades sociais estão fortemente ligadas à questão racial. Neste contexto, para além da redução das desigualdades sociais, imprescindível se coloca a diminuição das desigualdades raciais, apreendidas como “fruto de um processo complexo no qual se pode identificar a ação de diferentes fenômenos: o racismo, o preconceito e a discriminação racial” (JACCOUD; BEGHN, 2002, p.37), uma vez que ambas encontram-se imbricadas.

Os dados acima revelam que as desigualdades sócio-econômicas vinculam-se intensamente à problemática em torno da questão racial. Se a maioria dos brasileiros se autoclassificam como negros, o acesso à educação, à saúde, à habitação, ao saneamento, ao mercado de trabalho, à renda, enfim, aos aspectos que potencializam a vida de todo cidadão, não se apresenta na mesma proporção.

Desvelam os dados que os negros encontram-se dentre a população mais precarizada. São os negros que estão lotados nos postos mais precários de trabalho, são os negros os que recebem menor renda, mesmo dentre a população mais pauperizada, mesmo incluindo os brancos e mesmo com qualificação adequada, são os negros os mais excluídos da educação.

Ratifica-se com este quadro a relação intrínseca entre desigualdades sociais e desigualdades raciais. Tais desigualdades emergem mediante processo de escravização, tomando ao longo do tempo amplas e diferenciadas configurações, como observável na contemporaneidade. Atrelada a isto são também determinadas pelas práticas de preconceito e de discriminação racial, sustentadas pelo fenômeno do racismo.

No entanto, esta configuração socioeconômica, vem ao longo do tempo sendo debatida pela população negra por intermédio de vários mecanismos de enfrentamento, várias formas de organização, diversas facetas do movimento negro. A reestruturação

do movimento negro nas décadas de oitenta adquire ênus fundamental ao trazer o debate sobre esta temática para a pauta pública.

Diante disso surgem, a partir de 1984, em vários estados e municípios do país, conselhos e órgãos de assessoria visando promover a participação e a promoção da população negra. Cria-se em 1988 o primeiro órgão federal direcionado à temática racial, Fundação Cultural Palmares, que apesar do caráter cultural admite por determinado período responsabilidade em relação à política voltada para a população afrodescendente (IPEA, 2007).

“A Constituição de 1988 avança com a classificação do racismo como crime¹[...], com a declaração de direitos às comunidades quilombolas e com o reconhecimento da necessidade de o Estado brasileiro atuar em favor da população excluída e objeto de preconceitos” (IPEA, 2007, p. 290). Entretanto, somente a partir dos anos de 1990 que pode ser observado um avanço em torno de políticas públicas relacionadas ao combate dos resultados oriundos da discriminação racial.

É criado o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), este objetivando políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade racial. Contudo, é importante ressaltar que somente no ano de 2003 cria-se um órgão específico para esta questão, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Esse órgão articulador tem como missão formular e coordenar políticas para a promoção da igualdade racial, políticas de ação afirmativa, bem como de proteção de direitos das pessoas e grupos raciais atingidos pela discriminação racial, com ênfase na população negra. No mesmo ano foi criado também o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) e foi lançada a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. O ano de 2003 também se torna marcante para a Universidade de Brasília, uma vez que em Junho aprova-se o sistema de cotas para negros.

A história mostra o fundamental papel do movimento negro na luta em busca de melhores condições para a comunidade negra. Foi o próprio movimento que conseguiu, por meio de pressão, um espaço na pauta pública para discussões acerca de políticas que focassem a questão étnico-racial. O ENEGRESER, Coletivo de Estudantes Negros do DF e do Entorno, teve presença marcante na luta pela implementação do sistema de cotas na Universidade de Brasília - UnB.

¹O racismo até então era enquadrado como contravenção pelo ordenamento jurídico brasileiro. A partir de então tornou-se crime inafiançável.

A discussão acerca do sistema de cotas na UnB se fazia efervescente desde finais da década de noventa e intensifica-se com a III Conferência Mundial contra o Racismo realizada em Durban, em 2001. Mas por meio de um Plano de Metas para a integração social, étnica e racial na UnB ocorreu a aprovação em 2003 e no ano seguinte o primeiro vestibular incluindo, além do sistema universal, o sistema de cotas.

Diante da relevância do papel do movimento negro e de suas conquistas com as políticas de ações afirmativas, é que este trabalho buscou analisar a percepção dos alunos cotistas inseridos no Projeto Afroatitude, desenvolvido na Universidade de Brasília, sobre o significado do movimento negro e das políticas de ações afirmativas, mais especificamente, o sistema de cotas para negros. Levantou-se a hipótese de que a participação no Projeto Afroatitude altera percepção dos alunos cotistas em relação ao movimento negro e as políticas de ações afirmativas.

Como objetivos específicos pretendeu-se analisar a atuação do Projeto afroatitude junto aos alunos cotistas e em que medida a participação no Afroatitude estimulou ou potencializou a atuação em movimento negro; analisar percepções dos cotistas sobre as políticas de ação afirmativa, mais especificamente, cotas na Unb, bem como mapear atividades realizadas pelos alunos cotistas no Projeto Afroatitude.

Para tanto utilizou-se a pesquisa qualitativa, entendida como “tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados” (RICHARDISON, 2009, p. 90), sendo efetuadas entrevistas semi-estruturadas realizadas com nove graduandos cotistas inseridos no Projeto Afroatitude da Universidade de Brasília. O presente trabalho divide-se em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, para uma melhor compreensão, contextualiza-se o processo histórico reivindicativo do seguimento populacional constituído pelos cidadãos negros, explicitando o papel do movimento negro na contemporaneidade. O segundo enfatiza a diferenciação entre os fenômenos do racismo, do preconceito e da discriminação racial, o que se coloca como imprescindível face à necessidade de elaboração de políticas públicas voltadas para a população negra; aborda as políticas de ações afirmativas como uma das respostas aos processos reivindicatórios, e trata da adoção do sistema de cotas por parte de algumas universidades, dando maior destaque à Universidade de Brasília.

O terceiro capítulo aborda os procedimentos metodológicos adotados para viabilizar a efetivação desta monografia e o quarto capítulo traz a análise dos dados coletados nas entrevistas. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

CAPÍTULO 1-HISTÓRICO DO MOVIMENTO NEGRO

O movimento negro tem fundamentado sua luta na construção de uma nação autenticamente democrática, na qual todos os seguimentos populacionais tenham garantidos seus direitos; tenham equivalência no que diz respeito à oportunidade e ao acesso ao que existe de elementar à sobrevivência do ser humano; tenham suas identidades respeitadas, de forma que seja possível prevalecer, não uma tolerância por parte de um seguimento em relação ao outro e sim uma convivência criadora de respeito. Esta é uma luta que marca todo o processo histórico da comunidade negra pela sua própria sobrevivência no Brasil.

Cabe aqui ressaltar que apesar da utilização no singular do termo movimento negro, não se prescinde neste trabalho à heterogeneidade do movimento em questão, às percepções diferenciadas expressas pelos vários movimentos negros existentes.

Mediante tradição de luta da população de ascendência africana, imergir no processo supramencionado permite demonstrar as sucessivas contestações e reivindicações do segmento populacional negro.

A gravidade do genocídio que sucedeu na África teve sua relevância dirimida pela ideologia da inferioridade do povo negro, que conforme Chiavenato (1980, p.45), “funciona como anestesia para que raramente se trate do problema da escravidão além da superfície”. Mas ao contrário do que disseminava a ideologia européia, os africanos, à época, detinham uma sociedade bastante organizada no que concerne ao manuseio de metais, ao sistema de plantação, à posse comum das terras. A existência de uma espécie de escravismo entre as tribos africanas não tinha a mesma configuração da escravidão implantada pelos portugueses. A ação dos mesmos viabilizou a desorganização da sociedade africana, corrompendo as tribos, fomentando o confronto entre as mesmas e a troca dos derrotados por novidades trazidas pelos expedicionários.

Conduzidos ao Brasil em péssimas condições e vendidos como peças, a situação de trabalho do homem negro deplorou-se cada vez mais. Sem contar as formas violentas de punição em caso de contestações manifestas. Apreendidos como investimento, o negro tinha sua mão de obra utilizada até a exaustão. Toda uma barbárie defendida por uma suposta superioridade étnica do branco sobre o negro e por uma moralidade fundamentada pela religião dominante. “Por este motivo, não se estranha que as crueldades que foram exercidas de forma generalizada, não eram manifestações isoladas de um sadismo particular” (CHIAVENATO, 1980, p.134).

Todo o tipo de violação possível entranhava-se na vida do homem negro. E

desde a captura na África até integrarem-se ao sistema de trabalho escravo nas fazendas brasileiras, eles perdiam contato absoluto com sua tribo, seus costumes, a família, separados até de seu idioma, porque no geral juntavam-se negros de nações diferentes. Todos os valores deixavam de existir, porque não tinham o mínimo de condições práticas de sobrevivência em um meio hostil, onde seu próprio irmão de infortúnio era um desconhecido. Perdiam tudo, até o elementar meio de comunicação. (CHIAVENATO, 1980, p.131).

As marcas incrustadas pelo processo de escravização, as impressões embutidas pelo tráfico negreiro presentes se faziam nos locais para onde os negros africanos eram transplantados. As transformações no que tange a questão cultural, econômica e social na vida do negro africano e de seus descendentes se desvelaram no período colonial e são vivenciadas ainda na contemporaneidade.

Mediante aos mecanismos de repressão, às circunstâncias nas quais se inseriam, as formas de oposição, as manifestações de resistência do povo negro se fizeram presentes e de modo contínuo. Por vezes com grande fragilidade e derrotas, mas também apresentando sucessos e angariando teor intensificado. Conforme explicita Kabengele Munanga (2004, p. 6) “a resistência de um povo não se mede pelo sucesso qualitativo e quantitativo obtido, mas sim, apesar dos momentos de derrotas e de glórias, pelo simples fato de defender a dignidade e liberdade humana quando estão ameaçadas”. Uma oposição ao que expunha a historiografia dominante e oficial no que dizia respeito à fragilidade, à passividade e à inferioridade do povo escravizado.

Se autores como Nina Rodrigues e Francisco José de Oliveira Viana² acreditaram em uma superioridade racial, enfatizando a inferioridade do homem negro, a história crítica revelou que as contestações por parte dos escravos, em relação à condição e situação a eles imputadas, vêm à tona já no início do próprio processo de escravidão, ainda na viagem para as Américas.

Se existiu um projeto de aniquilação, de supressão de costumes, de modos de vida de muitos sujeitos, o mesmo não desfrutou de êxito absoluto, tendo em vista as manifestações culturais e a religiosidade africana presentes e deveras resistente nos seios das senzalas; os abortos que se configuraram numa tentativa de evitar que o filho compartilhasse do mesmo destino dos pais; a recusa ao trabalho, o que

² Ver RODRIGUES, Nina. Os africanos no Brasil. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935.
VIANA, Oliveira. Evolução do povo brasileiro. São Paulo: Editora Nacional, 1933.

equivocadamente fez com os negros tivessem como legado o título de preguiçoso; o ataque aos senhores e aos feitores; o suicídio ou as tentativas de fuga. Munanga (1997, p.96-97) ratifica, explicitando que

O número de levantes, revoltas, fugas individuais e coletivas, suicídios, genocídios, abortos voluntários das escravas, etc..., foram suficientemente documentados para ilustrar a importância da defesa da liberdade enquanto dado importante da condição humana.

De fato, as manifestações de repulsa ao sistema escravista se estruturaram de formas diversificadas. Enquanto homem escravizado, o negro africano e *a posteriori* afrodescendente munuiu-se de estratégias com intuito de preservar suas raízes, como no âmbito religioso, no qual se mesclaram a religiosidade africana e a dominante. Ao mesmo tempo em que abriam espaço para a introdução das representações religiosas européias, os negros ratificavam sua religiosidade, sua espiritualidade, trazida então, do continente originário.

O culto aos santos católicos determinou-se por uma aproximação, por uma característica em comum com as entidades africanas (MOURA, 2004). O sincretismo religioso que se apresentou revelou o caráter ambíguo da participação do negro em irmandades católicas, ou seja, a atuação dos escravos nas instituições referidas existiu, entretanto, o fulcral era manifestar sua religiosidade.

Conforme ressalta Clóvis Moura (2004, p. 11)

os negros ao tempo em que se identificavam externamente com o ritual da igreja católica, suas festas e principalmente por algumas garantias de ordem material como sepultura e enterro após morte, desenvolviam paralelamente uma série de rituais e costumes decorrentes das suas culturas ancestrais. Era, portanto, na base da acomodação mais do que da conversão que esta interação se realizava no nível das irmandades.

Inserido neste processo de resistência está o candomblé que, segundo Clóvis Moura (2004), permite ser apreendido como uma organização religiosa opositora ao escravismo³. A emergência do candomblé dinamizou a questão religiosa, uma vez que apareceu como mais uma opção de crença, defrontando o sistema religioso vigente. A problemática entre os seguidores do catolicismo e os atuantes do candomblé no Brasil,

³ Os diversos estudos inerentes ao candomblé permitem apreender que os estudiosos o entendem como unidade religiosa desprendida de qualquer outro tipo de atividade. Ou seja, os estudos não abrangem o fator resistência percebido por Clóvis Moura.

para além de um caráter religioso admitiu um caráter político. “Satanizou-se” as entidades religiosas representativas dos africanos em prol de uma maior aceitação do catolicismo, utilizando-o como elemento coibidor.

Em relação às insurreições, cujo núcleo de revoltas estabeleceu-se em Salvador, consta que o início do século XIX foi cingido por levantes urbanos de grande teor religioso, tendo em vista que foram conduzidos por cativos islamizados. Chiavenato (1980) traz que em 1808 observou-se um processo de insurreição de caráter religioso, no qual africanos das etnias hauçás e nagôs lutaram pela liberdade de expressão religiosa. Apesar de não pugnarem em benefício de questões sociais, o autor supracitado coloca que não se deve deixar de lado a especificidade política da ação.

Não são menos importantes, nesse sentido, as revoltas religiosas do que as lutas sociais e libertárias dos quilombos, principalmente porque nenhuma das duas formas de resistência à escravidão tinha aspectos revolucionários. [...] Os hauçás e nagôs com suas guerras religiosas reagiram contra o aviltamento cultural, recusando-se a perder no Brasil a sua identidade religiosa (CHIAVENATO, 1980, p.154).

Indagações acerca do caráter destas revoltas se edificaram. Os questionamentos perpassaram pela possibilidade destes levantes serem meramente religiosos ou “expressão da luta entre senhores no contexto de uma luta de classes mediada pela ideologia religiosa” (MOURA, 2004, p.25). Para Clóvis Moura a religião de fato agiu como elemento mediador entre as circunstâncias na quais os negros escravizados foram inseridos e a compreensão desta realidade.

As insurreições, que ocorreram até 1844, tiveram como maior destaque a de 1835, reconhecidamente bem organizada, inclusive ao que tange o uso de armas. Intitulados de malês, foram os negros hauçás e nagôs que lideraram estas revoltas. A grande insurreição de 1835, apesar de deter importante cunho organizativo, no que diz respeito ao âmbito financeiro e a estratégia militar, além de angariar grupos africanos diversos, foi derrotada após delação. Seguida de repressão e condenação com sentença de morte para alguns.

Vale ressaltar o caráter ambíguo do Islã Negro no Brasil. Se os árabes no momento em que penetraram na África fizeram uso do islamismo como meio de dominação dos africanos, impondo-se e desrespeitando as religiões nativas, no Brasil sucedeu-se uma inversão do papel do maometismo. De controle social passou a ser

elemento de uma mudança social, uma vez que é agora o homem branco, professante de uma fé católica, o opressor social, religioso e cultural. Destarte, o negro utilizou-se do islamismo como forma de agregação e como mediador entre o que se vivia e o que era vivido.

Um dos dispositivos de resistência mais significativo nos quesitos organização e continuidade, diz respeito ao quilombo. Embora perseguidos e destruídos, em sua maioria, os quilombos configuraram-se em âmbitos nos quais os negros livres de seus grilhões viam a possibilidade de expressar seu modo de vida, seus costumes, sua organização, tanto política quanto social. Um espaço no qual lhes foi permitido manifestar o que antes fora aviltado pelos brancos. Abrangentes por abrigar não somente os negros egressos e fugitivos das senzalas, mas também índios, perseguidos pela polícia, prostitutas, enfim, pessoas lotadas à margem da sociedade servil e escravocrata.

Autores como Clóvis Moura e Kabengele Munanga, que compartilham de uma linha de pensamento similar, acreditam que o quilombo denotou-se como epicentro de um movimento viabilizador de mudança, a quilombagem. Este por sua vez pode ser compreendido como

movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional. Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis- econômico, social e militar - e influiu poderosamente para que esse tipo de trabalho em crise fosse substituído pelo trabalho livre (MUNANGA, 2004, p.32-33).

Embora Chiavenato (1980) outrora tenha alegado que as lutas dos quilombos, bem como as revoltas mediadas pela religião são desprovidas de interesse revolucionário, não propondo desta forma, uma mudança social, os autores supracitados enveredaram por uma ótica divergente. Moura admite que a dinâmica do quilombo se inseriu em uma estratégia que objetivava uma mudança social, a quilombagem. E dentro desta perspectiva introduziu no citado movimento emancipacionista outras manifestações como as insurreições baianas.

Espalhados pelo Brasil os quilombos se organizaram conforme o espaço pelos quilombolas ocupado. Adeptos da policultura praticavam economia comunitária e distributiva. Quanto ao âmbito político a estrutura organizacional perpassava pela

preocupação com a economia e com a defesa do espaço habitado e no que tange à religiosidade fez-se presente o sincretismo religioso. O Quilombo dos Palmares, cujo líder era Zumbi, elucida bem essa forma de organização.

Essa expressão de resistência à escravidão, hodiernamente configura-se comunidades negras rurais remanescentes de quilombos, que representaram papel fulcral na luta em prol dos direitos humanos, bem como a favor da demarcação e posse de suas terras. Tais comunidades, que continuam a ter formas de organização política, social e cultural próprias, conseguiram conquistar reconhecimento cultural nacional com proteção por parte da sociedade brasileira a partir da Constituição federal de 1988.

Alcançaram também a possibilidade de regulamentação dos procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de suas terras, por meio do Decreto nº. 4.887/2003. Além disso, o poder público tem envidado esforços no sentido de expandir políticas sociais direcionadas às comunidades remanescentes. No entanto, como ainda não ocorreu um mapeamento nacional para quantificar as comunidades existentes, atualmente não se sabe ao certo o número de quilombolas. Alguns órgãos governamentais como a Fundação Cultural Palmares⁴ e a SEPPIR acreditam que existem cerca de 3.524 comunidades.

O poder de organização do povo negro manifestou-se por todo o regime escravocrata, não sendo diferente no período pós-abolição, no qual apesar de libertos, continuavam os negros açoitados pela marginalização, amarrados pelo racismo e preconceito. Se a sociedade branca impedia a participação dos negros em espaços de socialização, os mesmos, como mecanismo de resistência étnico-racial, estruturaram suas próprias organizações: clubes, por meio dos quais se realizavam a integração dos negros e o combate ao preconceito, associações beneficentes e recreativas, jornais e grupos culturais.

Conforme Moura (2004) a imprensa negra, notadamente em São Paulo, teve sua emergência marcada pela necessidade de informações por parte dos negros a respeito das atividades sucedidas na comunidade, uma vez que a imprensa branca restringia ao extremo o acesso a estas notícias. A princípio o que era trazido por estes veículos de comunicação configurava-se em notícias de bailes, de associados, publicações de poesias. Neste sentido, não se observava um nível político, crítico mais substancial.

⁴ Entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura, instituída pela Lei Federal nº 7.668/88, direcionada à promoção e à preservação da influência negra na sociedade brasileira. Passou por um tempo a ter também, entre seus objetivos, a identificação das comunidades remanescentes de quilombos e a demarcação e titulação de suas terras.

Verificava-se grande dificuldade de circulação, de organização, tendo em vista a fragilidade econômica dos negros organizadores dos jornais.

Entretanto, em virtude da luta de classes bem como do acirramento do preconceito étnico-racial, a imprensa negra começou a redirecionar seu foco de atenção trazendo à tona denúncia de racismo e violência policial. Vários jornais foram criados, tais como o Menelick, Alfinete, O Clarim, A Princesa do Norte, Novo Horizonte, O Getulino, O Patrocínio, a revista Senzala, Notícias de Ébano, Níger, dentre muitos outros que emergem de 1903 a 1963 (CARDOSO, 2002).

E sob a influência da emergência dos veículos supramencionados, de acordo com Cardoso (2002) e Moura (2004), estruturou-se em 1931 a Frente Negra Brasileira (FNB), que extrapolou seu campo de abrangência, influenciando os negros de todo o Brasil. Fundadora do jornal “A Voz da Raça”, teve vários líderes como José Correia Leite, Arlindo Veiga dos Santos, Francisco Lucrécio e Raul Joviano do Amaral. Detinha considerável articulação política e consolidava-se como partido político. Tempos depois seu apogeu cedia espaço para o declínio, uma vez dissolvido no período do Estado Novo, mas ainda atrelado ao status de movimento político negro de destaque.

A Revolta da Chibata, sublevação marcada por grande contingente de negros marinheiros e liderada por João Cândido, também pode ser entendida como mecanismo de enfrentamento da marginalização, do preconceito e do desleixo social, que neste caso materializou-se em demasiados castigos corporais (CARDOSO, 2002).

Cardoso (2002) ainda afirma que o Teatro Experimental do Negro, TEN, fugiu um pouco do foco de origem dos movimentos de protesto anteriores. Criado no Rio de Janeiro (1944), por Abdias do Nascimento, assumiu, assim como a Frente Negra Brasileira, reconhecido caráter político, além de reivindicar reconhecimento das diferenças e da identidade afro-brasileira. Introduziu o herói negro na dramaturgia. Sobressaiu-se também por influenciar a criação do Conselho Nacional das Mulheres e a Associação das Empregadas Domésticas.

Dentre 1940 e 1970 várias tentativas de reerguer a luta contra o racismo e preconceito e em prol da inserção do negro na sociedade brasileira sucederam-se⁵. Todavia, desarticuladas pelos processos ditatoriais que marcaram a historiografia do país, Estado Novo e Ditadura Militar de 1964. Apesar da opressão sofrida pelos

⁵ Teatro Experimental do Negro (1944), do Comitê Democrático Afro-brasileiro (1945), Museu de Artes Negras (1950), Convenção Nacional do Negro (1950), Associação Cultura do Negro (1954), dentre outras iniciativas.

militantes nestes espaços de participação, foi com a configuração da sociedade brasileira apresentada nos anos setenta, caracterizada por intensa repressão, que o movimento negro emergiu num cenário de luta contra o racismo, por meio de mobilização, denúncia, organização política e cultural. Uma articulação dos ideários dos movimentos anteriores (CARDOSO, 2002).

Segundo Moura (2004), movimentos negros dos Estados Unidos, bem como as sucessivas libertações das colônias africanas tornaram-se peças fluentes no processo de ressurgimento dos movimentos negros no Brasil, contribuindo para o surgimento de diversos grupos negros expressivos. Tais como o Centro de Cultura e Arte Negra-CECAN, Associação Cristã Beneficente, Grupo Latinoamérica, Grupo de Artistas Negros, Associação Cultural e Recreativa Brasil Jovem, Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas. Surgiram da mesma forma dois jornais, Jornegro e Abertura (1978), dentre outros.

Retomou-se, destarte, a resistência negra no Brasil e percebeu-se a necessidade de articulação política da comunidade a nível nacional. Nesse contexto, sucede-se em sete de julho de 1978 a exposição oficial do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, o MUCDR, criado por representantes de vários grupos negros, atletas, esportistas, estudantes e os jornais Abertura e Capoeira. Foi organizado um ato público em frente ao Teatro Municipal de São Paulo objetivando protestar contra a discriminação racial e a violência policial que deixou traços no cotidiano da população negra.

A manifestação foi convocada para protestar contra atos de violência: à discriminação racial sofrida por quatro atletas negros, garotos do time juvenil de voleibol do Clube de Regatas Tietê, proibidos de participar do Clube; o assassinato de Robson Silveira da Luz, trabalhador e pai de família, preso sob suspeita da polícia pelo simples fato de ser negro, torturado até a morte [...] e a morte, também pela polícia do negro operário, Newton Lourenço, no bairro da Lapa. (CARDOSO, 2002, p.40)

Além da função de denunciar explicitamente a situação enfrentada pelos negros, a manifestação expôs propostas do movimento. A repercussão do MUCDR foi positiva e angariou apoio de várias entidades negras do Brasil⁶, inclusive dos presos da Casa de

⁶ Grupos de Artistas Negros, Associação Brasil Jovem, Grupos de Atletas Negros, dentre outras entidades participaram do protesto.

Detenção de São Paulo. Passa a ser o dia 7 de julho o Dia Nacional de Luta Contra o Racismo.

Salienta Cardoso (2002) que tendo o movimento como um dos focos de ação a denúncia contra a violência policial dirigida aos negros, de fundamental relevância foi a participação do MUCDR no Congresso Nacional do Comitê Brasileiro pela Anistia.⁷ Com um documento que versava sobre o papel do aparato policial no processo de dominação do negro, o movimento ressaltou as dificuldades enfrentadas pela população carcerária.

O documento do Movimento apresentado ao Congresso da Anistia, afirma que a perseguição policial aos negros não é perseguição comum e de que tanto a perseguição quanto as prisões, são questões políticas, dadas as condições sociais e históricas da população negra no Brasil (CARDOSO, 2002, p.47).

Em Assembléia de Organização e Estruturação Mínima para o movimento em questão foi incluído o termo “negro” ao nome do movimento, uma vez que foram os negros os principais prejudicados pela estrutura organizacional da sociedade brasileira. Posteriormente, em uma segunda Assembléia aprovou-se a Carta de Princípios, o Estatuto e o Programa de Ação do movimento.

Em novembro do ano de criação do MNUCDR, consentiu-se em terceira Assembléia o dia vinte do mês mencionado, como o Dia Nacional da Consciência Negra, data esta em que se relembra a morte do líder Zumbi dos Palmares. A data traz consigo o sentido de luta, de protesto, de resistência, absorvendo um significado mais relevante e coerente com a historicidade do povo negro do que o treze de maio de 1888, que representa uma Abolição sem suporte para os libertos desfrutarem de sua nova condição. Cria-se também um Manifesto pelo Dia Nacional da Consciência Negra (CARDOSO, 2002).

No ano seguinte realizou-se o I Congresso Nacional do MNUCDR, de grande expressividade política, no qual discutiu seus documentos aprovados anteriormente, atrelando a estes o Regimento Interno. E por meio da Carta de Princípios foram traçados o Programa de Ação e o Estatuto do movimento, tendo como fundamento a conjuntura social, política e econômica.

A produção do MNUCDR é expressiva e segundo Cardoso (2002, p.52). nota-se

⁷ Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), que tinha como bandeira de luta “anistia ampla, geral e irrestrita”, foi formado em fevereiro de 1978 no Rio de Janeiro, em meio as manifestações da sociedade em prol da redemocratização do país. Em novembro de 1978 ocorre o Congresso Nacional pela Anistia.

inumeráveis reuniões e participação sistemática no conjunto das lutas gerais pela democratização do país, [...], debates, palestras, seminários temáticos, encontro regionais, congressos nacionais, edição de jornais, boletins, notas e panfletos, atos públicos contra o racismo e pelo dia nacional da consciência negra, campanha contra a violência policial, campanha [...] pelo fim do racismo e da discriminação racial.

A partir do cenário de lutas configurado pelo MNU, outros setores passaram a se organizar. A Igreja Católica também se inseriu de forma que cristãos e leigos se envolveram com a temática e criaram grupos de conscientização, denominados *a posteriori* de Agentes Pastorais Negros. Foram criados nos anos oitenta Conselhos Estaduais de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra em São Paulo e em Minas Gerais e o Conselho da Comunidade Negra em Belo Horizonte.

Por um momento, o movimento negro considerou que “a opressão e a exclusão social foram promovidas pela política econômica, social e cultural, de natureza capitalista, que foi implementada pelo Estado e por uma classe dominante, predominantemente branca e minoritária.” (CARDOSO, 2002, p.57). Neste sentido, tornou-se mister atrelar a luta de classe à luta contra o racismo, deixando-as em um mesmo patamar. Entretanto, a classe dominante fez um movimento contrário, oposto à apreensão de unicidade das lutas e transformou em secundária a luta da comunidade negra. Restou então ao movimento negro priorizar a luta contra o racismo, numa tentativa de potencializar sua força política dirimida pela ideologia dominante. Se não desta forma, o povo negro se manteria silenciado. Desvelou-se assim um conflito intenso entre movimento negro e sociedade brasileira em busca de igualdade para todos.

O MNU emergiu com uma pauta explícita que foi a luta pela discriminação racial e pela extinção da violência policial. No entanto, por intermédio do Programa de Ação, que se constituiu a partir da conjuntura social brasileira, no tocante ao âmbito político, social e econômico, percebeu-se as diversas frentes de ação do movimento.

Dentre as propostas afixadas no Programa de Ação do MNU, muitas angariaram visibilidade, espaço e intensidade ao longo do tempo na pauta de discussão pública, como a discussão em torno da educação; a questão de gênero, bem como a cultura negra atrelada à identidade afro-brasileira; a discriminação racial no trabalho; a questão das crianças abandonadas e das comunidades negras rurais remanescentes dos quilombos

em sua luta em prol da titularidade e potencialização do uso de suas terras. Estas continuam sendo bandeiras de luta do movimento.

O movimento negro, em sua heterogeneidade, tem fundamentado sua luta na construção de uma nação mais igualitária, com oportunidades e acessos iguais entre negros e brancos. Insere-se na busca constante por mecanismos e soluções para o enfrentamento dos problemas que cerceiam a vida dos cidadãos negros. Empenha-se na valorização da identidade e da cultura negra e na auto-afirmação. Tem também como bandeira a luta pela instituição de políticas públicas voltadas para a população de ascendência africana, como forma de reparar danos sofridos e inserir esta população nos espaços nos quais se faz sub-representado.

É um movimento social, de importante representatividade e que luta para apropriar-se de sua própria história. Entende-se por movimentos sociais aqueles que emergiram na década de setenta objetivando impugnar a configuração sócio-política estabelecida. Segundo Maria Lúcia Duriguetto (2009), os movimentos sociais, enquanto expressões dos interesses das classes subalternas erguem-se e se desenvolvem por meio das conformações sociopolíticas inerentes ao desenvolvimento do sistema capitalista.

Contando com várias formas de manifestação, detendo experiências diversificadas e sustentados por histórias diferentes, alcançaram a revalorização das práticas sociais, a partir da luta em comum pela conquista, acesso e manutenção dos direitos. Enquanto âmbito público de relevante representatividade política permite que os sujeitos envolvidos expressem os interesses dos grupos alijados de seus direitos. É neste sentido que o movimento negro erige sua luta, combatendo também, aspecto que o diverge dos outros movimentos, o elemento estruturante da sociedade, o racismo.

As reivindicações do movimento negro tiveram como respostas o enfrentamento das práticas discriminatórias com aperfeiçoamento da legislação penal, estabelecendo pena e classificando o racismo; a criação de um organismo federal (Fundação Cultural Palmares), destinado a promover e preservar a influencia negra na sociedade; em virtude da pressão exercida pelos militantes da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida⁸, criou-se o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (GTI População Negra), que engendra propostas que confrontem a discriminação em âmbitos diversos (IPEA, 2007).

⁸ Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida foi uma iniciativa do movimento negro brasileiro em detrimento ao processo de exclusão vivido pela população negra no Brasil. Realizada em Brasília em 1995.

Fundou-se também o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) em 2001; a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em 2003, objetivando a formulação, coordenação e articulação de políticas para a promoção da igualdade racial, de políticas de ação afirmativa e proteção de direitos daqueles cidadãos que sofreram discriminação (IPEA, 2007).

Outro ganho relevante nesta luta é a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo do ensino Fundamental e Médio, conforme estabelecido pela Lei 10639/2003 e o artigo 265 A da Lei de Diretrizes e Bases- LDB (FILHO, 2006), bem como a inserção do dia 20 de novembro, no calendário escolar como “Dia da Consciência Negra”, determinada pela Lei 10639/2003.

Destarte, diante das dificuldades impostas à população negra nota-se, a partir do processo acima destacado, exercício significativo de elaboração de estratégias de enfrentamento da questão racial na sociedade brasileira.

CAPÍTULO 2-ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES RACIAIS E FENÔMENOS INSERIDOS NESSE PROCESSO

2.1-Trabalhando conceitos: Racismo, Preconceito e Discriminação Racial.

A história é capaz de mostrar e ratificar que uma parte do segmento populacional serviu-se tanto de prerrogativas, quanto de uma ideologia vinculada à superioridade de um grupo, visando garantir legitimidade à concentração de riquezas e a exclusão do outro segmento conformado pela população negra, preservando desta forma a injustiça social.

O combate a esta injustiça, a busca pelo desenvolvimento efetivo da sociedade aqui tratada (brasileira), pressupõe apreender a relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, assim como a apreensão dos direitos humanos. E para além desta questão, faz-se necessário o desvelamento pela sociedade da desigualdade racial existente que se manifesta em diversas áreas, podendo ser percebida nos indicadores educacionais, de saúde e mortalidade infantil, de renda, trabalho e remuneração e de segurança pública.

Os indicadores supracitados denotam a importância da implementação de políticas públicas eficazes direcionadas para a população negra de modo a viabilizar maiores oportunidades e vias de acesso aos direitos sociais. O que já se faz notório, como também o fato de que não é pela ausência de dados que estas políticas não são potencializadas, sendo constantemente questionadas e desrespeitadas na sua legalidade constitucional. Para a elaboração das mesmas faz-se imprescindível a compreensão e o reconhecimento de fenômenos⁹ que tem perpassado a história da sociedade brasileira. O racismo, o preconceito racial e a discriminação racial.

O racismo, enquanto construção humana pode ser entendido como uma ideologia que dissemina a noção de superioridade de um grupo em relação ao outro atribuindo a este aspectos negativos, tomando como base suas características fenotípicas ou culturais (JACCLOUD; BEGHIN, 2002).

A ideologia que sustenta o racismo perpassa pela exclusão e fundamenta o domínio de um segmento racial sobre outro. Este fenômeno estabelece relações sócio-raciais e auxilia na produção e reprodução de estruturas de classes que emergem e se

⁹ Utiliza-se o termo “fenômenos” referindo-se à discriminação racial, preconceito racial e racismo, seguindo a linha de pensamento adotada pelas autoras consultadas, Jaccoud e Beghin, 2002

sustentam por meio da subordinação de outros grupos apreendidos como inferiores, levando muitas vezes à desumanização do outro.

Na análise elaborada por Guibernau (1997, p.96-97) o racismo é entendido como um

discurso ideológico baseado na exclusão de certas comunidades devido a sua constituição biológica ou cultural. A especificidade do racismo reside em sua constante invocação de uma diferença que atribui superioridade a um grupo em detrimento do outro, e favorece a proliferação de sentimentos hostis com aqueles que foram definidos como “diferentes”. O racismo envolve uma avaliação negativa do outro, que requer uma censura ativa a qualquer tendência a vê-lo como igual.

Por meio da prática racista mantém-se uma determinada ideologia, a mesma cultura e o *status quo* político e econômico. Privam-se certos grupos de participação social, política e econômica e torna-se legítima as formas e veículos de exploração. Estabelece-se, portanto, relações de poder.

No entanto, a mesma sociedade que perpetua, nega o fenômeno em questão. Seja pelo discurso democrático e igualitário, seja pelos efeitos do fim das fronteiras nacionais que viabilizam o fácil acesso a povos, línguas e cultura, seja pela disseminação dos direitos humanos, camuflando o racismo através da nova configuração de mundo apresentada. Prega-se que se o negro não é bem representado, não é por conta do racismo e sim por uma questão meritocrática (GUIBERNAU, 1997).

O racismo compreende dimensões bastante complexas que são obscurecidas pelo processo de naturalização das condições nas quais se encontram a população negra. Há a necessidade de uma análise mais profunda do fenômeno para a compreensão de que o racismo está na estrutura da organização social, econômica e política da sociedade brasileira (VALENTE, 1994).

Conforme estabelece Diva Moreira (2003, p.65-66)

[...] um dos resultados mais permanentes do racismo tem sido a superexploração econômica, a quase imobilidade social das legiões de mulheres e homens negros que se encontram mormente na base da hierarquia social, a desclassificação social de outros tantos, a segregação espacial nas vilas e favelas e o comparecimento desproporcional em todos os indicadores negativos. Uma eficaz luta anti-racismo no Brasil deve produzir resultados certamente opostos, ou seja, o desenvolvimento social dos afro-descendentes. Nada misterioso ou inalcançável.

A gravidade das consequências do racismo pode também ser percebida pelos efeitos subjetivos e simbólicos na vida dos cidadãos negros. Muitos absorvem o que é disseminado pela ideologia racista, internalizam os aspectos negativos que lhes são dirigidos, inserindo-se em um processo de auto-discriminação, contribuindo assim, para uma auto-desvalorização (SODRÉ, 1999).

Acreditam em uma inferioridade fictícia e se entendem como co-responsáveis pelas dificuldades encontradas ao longo de sua vida. “A armadilha faz a cabeça do negro, que se desorienta e com frequência acaba capitulando, como se fosse responsável pelos seus próprios fracassos” (FLORESTAN FERNANDES, 1989, p.23).

Passam a respeitar de modo inconsciente os limites impostos pelo racismo acreditando que não podem pertencer a determinados espaços sociais, políticos, institucionais e para além desta questão, acabam recusando sua africanidade e desta forma, negando a si mesmo.

Não menos relevante que o racismo encontra-se o preconceito racial. Conforme Alves Santos (2001) manifesta-se por meio de atitudes negativas voltadas para outro grupo, a partir de um julgamento prévio, de uma idéia antecipada, equivocada e desfavorável a determinado grupo ou pessoa.

O alicerce do fenômeno em foco perpassa por uma comparação na qual pessoa/grupo se entende em situação positiva e vantajosa em relação ao objeto de preconceito, que por sua vez se apreende e ao mesmo tempo é apreendido em condição de inferioridade, seja esta social, econômica, política, cultural ou até mesmo biológica, apresentando-se assim, em desvantagem se comparada ao outro (ALVES SANTOS, 2001).

Esta predisposição negativa faz com que exista uma desvalorização do outro ser humano, contribuindo para que haja uma noção ilusória de espaços predeterminados, no qual os diferentes não convivem com os compreendidos como superiores. A questão da diferença recai sobre as imagens geradas a partir de simplificações comportamentais, nas quais semelhanças e diferenças contribuem para a construção de generalizações. Os estereótipos, assim denominadas estas imagens

[...] são generalizações grosseiras para classificar extensos grupos humanos; [...] são apreendidos e ensinados durante a infância; [...] são utilizados em clima de tensão e conflito social, como

instrumentos hostis contra grupos ou pessoas estereotipadas negativamente (ALVES SANTOS, 2001, p.57).

Tanto o racismo quanto o preconceito racial utilizam-se, de modo negativo, de estereótipos para afastar o outro, o dito diferente, de âmbitos diversificados. Condicionado a um ou aos dois fenômenos abordados, a discriminação racial pode ser apreendida como manifestação do racismo e/ou do preconceito racial. Caracteriza-se por uma ação, por um comportamento, fundamentado por uma ideologia de hierarquização de grupos ou por idéia antecipada e prejudicial.

Alves dos Santos (2001), no entanto, acredita que possa ser problemático relacionar discriminação e preconceito como sendo aquela consequência deste, uma vez que o preconceito não viabiliza explicações com sustentação plausíveis para a discriminação racial. O autor expõe que a ânsia de manter as prerrogativas de um grupo é o fator que engendra a discriminação e não uma provável questão racial.

Com uma dinâmica mais ampla que o preconceito no sentido de que pode se expressar tanto por pessoas quanto por instituições, sendo ainda avaliada pelo ponto de vista de quem recebe a manifestação, Santos (2001, p.58) concebe que “a manifestação comportamental do preconceito é a discriminação de ações promovidas com o objetivo de manter as características do grupo de posição privilegiada e referência positiva.”

O processo de diferenciação entre os termos, ou fenômenos, fez com que o Comitê Nacional para Preparação da Participação Brasileira na Conferência de Durban¹⁰, elaborasse e apresentasse um relatório definindo o preconceito como “predisposição negativa dirigida a pessoas, grupo de pessoas ou instituições sociais” e o racismo como “ideologia preconizadora da hierarquização dos grupos humanos com base na etnicidade” (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p.38). Além disso, definiu discriminação racial como qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que objetiva anular ou restringir o reconhecimento de direitos humanos e liberdades fundamentais em qualquer domínio da vida pública (JACCOUD; BEGHIN, 2002).

A Secretaria Internacional do Trabalho em suas publicações acerca deste debate adicionou o estereótipo como mais um dos fenômenos do processo de desigualdade racial, apreendendo-o como “reprodução fiel de algo que o torna fixo e inalterável” e

¹⁰ III Conferência Mundial contra Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, promovida pela ONU e realizada em Durban, África do Sul em 2001.

elucida com a tendência de atribuir aos negros características que os colocam em situação de inferioridade (OIT/BRASIL, 2005. p. 54).

Importante salientar que, segundo Jaccoud e Beghin (2002), inserida na discriminação racial encontram-se como desdobramentos a discriminação direta, indireta e institucional. A primeira refere-se ao ato concreto e explícito de discriminação. A segunda tem a ver com ações que podem ser empresariais, administrativas, imbuídas de teor discriminatório, sem se configurar de modo visível, a não ser pela análise de indicadores sociais confiáveis. Por fim, a discriminação institucional que perpassa pela distribuição de recursos de maneira desigual entre os grupos.

Reforça-se, destarte, a necessidade de compreensão destes conceitos com intuito de fornecer subsídios viabilizadores do entendimento a respeito das formulações de medidas práticas e eficazes de enfrentamento da problemática racial, tais como as ações afirmativas.

2.2- Ações Afirmativas: uma resposta aos processos reivindicatórios

As respostas às lutas, aos processos reivindicatórios em prol de ações que reconfigurem o cenário social da população negra, começam a se estruturar, no que diz respeito às ações afirmativas, a partir de 2001. Torna-se consensual, no tocante às políticas públicas no Brasil a noção de que o universalismo imbuído nas políticas não é capaz de exterminar as desigualdades raciais que, ao longo do tempo, marcam a história do negro (CARVALHO, 2005).

Sobre as políticas universalistas, Sueli Carneiro (2003) afirma que o ideário de universalização tem colaborado na prática social com a manutenção de prerrogativas de um segmento populacional, não sendo capaz de nem ao menos dirimir as desigualdades raciais. As políticas universalistas descumprem com o princípio da igualdade de direitos, não condizendo com a realidade brasileira, na qual os negros têm baixa representatividade no mercado formal de trabalho, na educação e no âmbito político. Além disso, são assistidos de forma insuficiente na área de saúde, necessitando da implementação efetiva da Política Nacional de Saúde da População Negra. Coloca-se como imprescindível reconhecer fatores que condicionam as desigualdades que vem ao longo da história se eternizando. Carneiro acredita que o que fundamenta tais

disparidades é o racismo, elemento que estrutura a sociedade. Para além de um problema social, o teor do dilema se fixa na questão racial.

O Relatório do Ministério da Justiça elaborado pelo Comitê Nacional para a participação do Brasil na III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata demonstra a mudança de postura, uma vez que apresenta como proposta, dentre outras questões, a adoção de cotas ou medidas afirmativas viabilizadoras do acesso de negros nas universidades públicas. Consta na Declaração de Durban e Plano de Ação o reconhecimento de que os afrodescendentes foram e ainda são vítimas do racismo, do preconceito e da discriminação racial, tendo seus direitos dirimidos, que necessitam ser respeitados em sua dignidade e que exige a implementação de estratégias que visem à igualdade plena.

Reconhecemos que os povos de origem africana têm sido secularmente vítima de racismo, discriminação racial e escravidão e da negação histórica de muitos de seus direitos, e afirmamos que eles devem ser tratados com justiça e respeito por sua dignidade e não devem sofrer discriminação de nenhum tipo. [...] (2001, p.22)

Destacamos a necessidade de se desenhar, promover e implementar em níveis nacional, regional e internacional, estratégias, programas, políticas e legislação adequados, os quais possam incluir medidas positivas e especiais para um maior desenvolvimento social igualitário e para realização de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais de todas as vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, inclusive através do acesso mais efetivo às instituições políticas, jurídicas e administrativas [...] Dentre estas medidas devem figurar [...] alcance de representação adequada nas instituições educacionais, de moradia, nos partidos políticos, nos parlamentos, no emprego [...] (2001, p.37).

Concernente à questão, importante ressaltar que propostas neste sentido vêm sendo colocadas desde o século passado. Abdias do Nascimento, como elucidativo, propunha em Projeto de Lei nº. 1.332 de 1983, o estabelecimento de ações compensatórias buscando isonomia para os negros. Sua grande preocupação era com o emprego, condição fundamental para a reprodução, dando ênfase para o recorte de

gênero. Atentou-se também para a questão educacional, levantou a problemática em torno da violência policial excessiva dirigida aos cidadãos negros, ressaltando a necessidade de cursos de orientação anti-racista.

Suas considerações não prescindiram às determinações dos seguimentos público e privado, às formas de comprovação das ações, ao monitoramento das mesmas, aos incentivos fiscais e às multas em caso de não cumprimento das medidas. O intento de Abdias, não obstante a alteração dá forma ao que vemos como ações afirmativas.

Sobre o processo que engendra as ações afirmativas, Joaquim Barbosa Gomes (2003) evidencia que a sociedade ocidental, liberal e capitalista, valoriza a neutralidade do Estado. Todavia, a postura estatal exibida não é adequada em sociedades, tais como a brasileira, em que existem grupos subjugados devido à escravidão e suas consequências e que mesmo com a presença de normativas constitucionais, a representatividade destes grupos mostra-se inferior. Mediante este cenário, torna-se necessária uma reestruturação da conduta estatal e um olhar diferenciado para esta questão, o que leva a emergir as ações afirmativas. Medidas que angariaram visibilidade após serem adotadas pelos Estados Unidos a partir da Promulgação dos Direitos Civis (1964), tensionada pelas reivindicações da sociedade civil organizada, notadamente o movimento negro.

A discussão acerca das ações afirmativas ganha espaço no debate político brasileiro a partir da década de 1990, diante da pressão do movimento negro, com destaque para a Marcha Zumbi dos Palmares, como um protesto frente à situação do cidadão negro no Brasil (DOCUMENTO DA MARCHA, 1996) e adquire maior ênfase com a Conferência de Durban (2001). Para Beghin e Jaccoud (2002) a legislação criminal, que visa o combate à discriminação, é apreendida como insuficiente para abordar a problemática que envolve a integração do negro na sociedade brasileira. A legislação de caráter punitivo direciona-se para as práticas discriminatórias, não levando em conta os fenômenos do preconceito e do racismo, aos quais não cabe ação penal, salvo se manifestos. Neste sentido, concebem como relevante o desenvolvimento de estratégias, frentes diversificadas de ações, que confrontem os fenômenos supracitados. Sendo assim, além das medidas punitivas, elaboram-se políticas compensatórias direcionadas para as consequências da discriminação.

Entende-se por ações afirmativas um conjunto de políticas, sejam elas públicas ou privadas, de cunho obrigatório, facultativo ou voluntário, que objetivam combater tanto a discriminação racial, quanto a de gênero, de nacionalidade e por deficiência física. Além disto, visam à retificação de ações presentes, porém inerentes aos atos

discriminatórios do passado, de forma que os atingidos por este fenômeno alcancem a plena igualdade de acesso, notório objetivo constitucional (GOMES apud OSÓRIO, 2006).

Conforme Gomes, a definição das medidas em questão passa por dois momentos anteriores até chegar à conceituação supramencionada. *A priori* o cerne do conceito perpassa por um simples encorajamento por parte do Estado em relação aos que detinham poder decisório, tanto no âmbito público quanto no privado. Mediante decisões, incentivava-se considerar a questão da cor, raça, sexo e nacionalidade, buscando representação de cada grupo. Enquanto que em momento posterior, a definição atingiu a idéia de igualdade de oportunidades, levando-se em conta a determinação de cotas para os grupos sub-representados (GOMES, 2003).

O Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (GTI População Negra), vinculado ao Ministério da Justiça, que emerge a partir das considerações elaboradas pela Marcha Zumbi dos Palmares (IPEA, 2003), considera ações afirmativas como “medidas especiais e temporárias, tomadas pelo Estado e/ou pela iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas garantindo igualdade de oportunidades e tratamento” (BEGHIN, JACCOUD, 2002, p.46).

A idéia de reparação demanda uma reconfiguração da distribuição de recursos, que tem se assentado nas prerrogativas do segmento populacional branco, sustentadas pelos fenômenos raciais - preconceito, discriminação e racismo. Apresenta como objetivos a igualdade de oportunidades; a desconstrução do ideário comum relacionado à hierarquização e subordinação de raça/etnia e gênero a partir de metamorfoses psicopedagógicas e cultural; cercear a discriminação, bem como seus efeitos; aceitação da diversidade e ampliação da representatividade dos grupos sub-representados, no âmbito público e privado; gerar mobilidade social ascendente, principalmente no que se refere à educação e ao trabalho, aí aludindo o acesso ao emprego, formação e qualificação profissional e promoção, além do âmbito da comunicação (GOMES, 2003).

Em que pese os debates sobre ações afirmativas terem garantido espaço público a partir da década de 1990, válido mencionar a existência de políticas compensatórias na década de 1960, tais com a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação (CERD), que versa¹¹ em favor de medidas que garantam

¹¹ (Art. 1, parágrafo 1(a))

igualdade de direitos humanos e liberdades fundamentais a pessoas/grupos étnico/raciais, bem como a Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que aborda a discriminação no emprego e ocupação, admitindo a adoção de “medidas especiais” em prol de pessoas reconhecidamente necessitadas em virtude de questões relacionadas ao sexo, deficiência, status social ou cultural (TOMEI, 2005).

A discussão sobre as políticas de ações afirmativas é cercada por polêmicas admitindo considerações favoráveis e desfavoráveis. O debate, segundo Hélio Santos (apud BEGHIN, JACCOUD, 2002), fundamenta-se em argumentos básicos. No caso dos argumentos desfavoráveis às ações afirmativas, alega-se o descumprimento do princípio da isonomia, de maneira que tais medidas impedem o tratamento igual para todos os cidadãos; evoca-se a questão do mérito, capacidade pessoal essencial mediante a alta competitividade das sociedades contemporâneas; enfatiza-se a pobreza, no sentido de trazer a problemática para o meio econômico, desconsiderando o aspecto étnico/racial; e por fim, ressalta-se a miscigenação, processo marcante da história, que dificulta estabelecer quem de fato são os negros, prejudicando, desta forma, a adoção de medidas cabíveis de inclusão.

Em relação aos argumentos favoráveis às ações afirmativas, Hélio Santos (apud BEGHIN, JACCOUD, 2002) ainda explicita razões que justifiquem a adoção destas medidas. Tomando como base os elementos mencionados, a argumentação envolve crítica à ineficácia das políticas universalistas, ressaltando a necessidade de se tratar os desiguais de modo diferenciado, almejando maior igualdade entre os grupos.

Sueli Carneiro (2003) aborda tal questão, como já mencionado neste capítulo, alegando que as políticas universalistas não abrangem de modo satisfatório o segmento populacional conformado pelos negros, contribuindo, na verdade para a manutenção dos privilégios do grupo populacional branco, quem vem ao longo dos anos se beneficiando. É neste sentido que as políticas de ações afirmativas emergem, fundamentando-se justamente na necessidade de igualdade de oportunidade, bem como de tratamento aos grupos sócio-raciais.

Além do supramencionado, Santos (apud BEGHIN, JACCOUD, 2002) traz como outros argumentos a relevância de aumentar as oportunidades de qualificação do negro, o que viabilizaria maximizar a inclusão dos mesmos na sociedade e o desenvolvimento das potencialidades dos cidadãos negros; a necessidade de uma política direcionada aos negros, uma vez que tendo uma política voltada para o âmbito econômico não daria conta de ampliar a representatividade da população negra, tendo

em vista que os fenômenos do racismo, preconceito e discriminação racial e seus reflexos ficariam de fora; ao direcionamento desta política aos pretos e pardos, uma vez que as dificuldades enfrentadas por ambos, no que diz respeito à situação econômica e educacional são semelhantes, sem esquecer de que estas classificações compõem a categoria negro.

Outra crítica às ações afirmativas concerne ao uso de um modelo que nos Estados Unidos foi ineficaz em razão da não redução da discriminação racial no país, do restrito aproveitamento por parte dos afro-americanos, uma vez que a condição de pobreza da maioria permaneceu inalterada. Munanga (2003) explicita como argumento que refuta tal crítica, a mobilidade social dos afro-americanos, cabendo ressaltar neste sentido, que mesmo na ausência desta modalidade de política, no caso da área de educação, os negros americanos possuem universidades próprias.

Ademais, conforme apresenta Munanga (2003), não faz sentido prescindir à discussão e implementação de tais medidas no Brasil com base numa experiência considerada ineficaz em outro país. Apesar de a realidade norte-americana ser diferente da brasileira, tornam-se pertinentes adequações ao modelo de política.

A necessidade de se construir teses argumentativas que contestem a aplicabilidade das políticas de ações afirmativas se conduz pela “ameaça às prerrogativas” de um grupo. E há de fato uma ameaça ao *status quo*, “[...] estamos inegavelmente diante de uma sociedade em que privilégios estão bem estruturados entre grupos raciais e de gênero” (GUIMARAES, 2002, p.72).

Os contrários às ações afirmativas falam também em tensão social, no sentido de que tais medidas abalariam a relação interétnica. Quanto a esta visão, José Jorge de Carvalho (2005) expõe que a tensão explicitada na argumentação apenas se mantinha silenciada. Explorar esta tensão tornou possível o engendramento de uma estrutura legal e um plano de ação que viabilize o enfrentamento da questão racial sem camuflagens.

Remetem também à questão da dúvida quanto à constitucionalidade das ações. Sobre este ponto de vista Gomes (2003) rebate admitindo que estas políticas buscam na verdade, materializar, alcançar um princípio constitucional, a igualdade material¹².

Inseridos neste processo de promoção da igualdade racial e a partir dos primeiros anos de 2000, é que o Ministério da Justiça adotou o sistema de cotas, em

¹² Igualdade “material” ou “substancial” coloca-se como resultado da transição, ao longo do tempo, do conceito de igualdade, que leva à ideia de igualdade de oportunidades, noção base das políticas de promoção de igualdade racial. Ver Gomes (2003).

relação aos cargos de direção, não só para os portadores de deficiência física e mulheres, mas também para negros; o Ministério do Desenvolvimento Agrário passou a conceder privilégios em licitações e contratações às empresas que praticassem política de ações afirmativas e da mesma forma Universidades Estaduais e Federais passaram a adotar o sistema de cotas.

2.2.1 Na Universidade de Brasília - UnB

A adoção do sistema de cotas nas Universidades, enquanto ação afirmativa teve início nas instituições do Rio de Janeiro em 2002. Na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), por intermédio de lei sancionada pelo então governador Anthony Garotinho e na Universidade Estadual Norte-Fluminense (UENF), que alterou sua forma de acesso após sancionada a lei da Assembléia Legislativa.

Diante desta iniciativa outras universidades estatais adotaram a mesma medida, como a Universidade do Estado da Bahia, com reservas para negros advindos de escola pública; a Universidade do Estado do Mato Grosso, com estabelecimento em 2001 de cotas para indígenas. Com a mesma orientação, vagas para indígenas, a Universidade Estadual do Paraná adota o sistema em 2002. A Universidade do Estado de Santa Catarina reservou vagas para normalistas negras cursarem pedagogia.

Inserida neste contexto é que em 2003 a Universidade de Brasília se tornou a primeira instituição federal de ensino superior a aprovar o sistema de cotas.

O processo de implementação do sistema de cotas na UnB emergiu com discussões acadêmicas, atreladas às medidas de enfrentamento como a Marcha Zumbi dos Palmares (1995), enfatizando o tricentenário de morte deste símbolo de resistência. Além disto, contou-se com os episódios de discriminação sucedidos na UnB. José Jorge de Carvalho traz como elucidativo a afirmação de um professor de Física I em 2002, alegando que os negros têm menos cérebro que os brancos. Este cenário atrelado à tensão exercida pelo movimento negro, fortaleceu a pressão pela adoção deste sistema.

Conforme explicita Cardoso (2005), frente aos acontecimentos supracitados é que o mesmo, em parceria com Rita Segato, em virtude da Semana de Consciência Negra (1999), apresentou uma proposta para a inserção de negros e índios na Universidade de Brasília. Somente após muitas discussões é que se aprovou em 2003 a política pública de cotas na UnB, e foi formulado um Plano de Metas para a integração social, étnica e racial nesta universidade, objetivando analisar a questão da diversidade

no Distrito Federal e na sociedade de modo geral, afim de impulsionar a inclusão tanto de negros quanto de índios, sob a ótica das políticas de ações afirmativas (PORTAL UNB). A implantação do sistema de cotas ocorreu no segundo semestre de 2004.

Para disputar as vagas relativas ao sistema de cotas para negros, o candidato deve ser negro e optar por este sistema. A classificação nas provas do vestibular é condicionada, isto independente do sistema optado, à nota maior que zero na prova de língua estrangeira; 10% da nota na prova de Linguagens e Códigos e Ciências Sociais; 10% da nota na prova de Ciências da Natureza e Matemática; 20% da nota no conjunto das provas. Mediante classificação e preenchimento das vagas, se ainda houver candidatos ao sistema de cotas com argumento final superior aos candidatos do sistema universal, aqueles por sua vez, ficarão com as vagas totais oferecidas pela universidade, sendo observados os valores decrescentes dos argumentos finais de cada curso. (PORTAL UNB). Cabe explicitar que a medida em questão tornou-se válida tanto para o vestibular comum quanto para o PAS, Programa de Avaliação Seriada.

CAPÍTULO 3- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 A pesquisa qualitativa

Nessa pesquisa buscou-se analisar a percepção dos alunos cotistas inseridos no Projeto afroatitude sobre o significado do movimento negro e das políticas de ação afirmativa, mais especificamente, as cotas, que tem angariado considerável espaço e repercussão no debate político. Além disto, o trabalho orientou-se para a compreensão da atuação do Projeto Afroatitude e para a influência do mesmo na percepção dos alunos cotistas em relação ao movimento negro e à ação afirmativa, entendida como resposta às reivindicações dos militantes negros.

A priori, para que a pesquisa acontecesse, foi efetuado um levantamento bibliográfico, que permitiu contato direto com obras, artigos, documentos relacionados ao tema de interesse; uma pesquisa documental, que viabilizou a análise de reportagens de jornais e relatórios; bem como pesquisa na internet, a partir da qual se pôde ter acesso à periódicos científicos (OLIVEIRA,2007). Recorreu-se, assim, a dados primários e secundários, objetivando a contextualização do tema que seria analisado.

Para o estudo do tema proposto, utilizou-se a pesquisa qualitativa entendida como “tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados” (RICHARDISON, 2009, p. 90).

A opção pelo método qualitativo se deve à necessidade de melhor apreensão do objeto da presente análise e de uma maior compreensão do fenômeno estudado.

Rossmann e Rallis (apud CRESWELL, 2007, p.186), ao discorrer sobre a pesquisa qualitativa acreditam que esta “pressupõe um cenário natural para onde o entrevistador se desloca para realizar seu trabalho de campo”. Neste tipo de pesquisa utilizam-se métodos variados que buscam a interação entre os sujeitos envolvidos. Considera os aspectos que podem emergir ao longo da coleta de dados, implicando em maior mobilidade por parte do entrevistado e entrevistador.

Na pesquisa qualitativa o “pesquisador tenta ouvir os participantes e construir um entendimento baseado nas ideias deles” (CRESSWELL, 2007, p.46). Sendo assim, a pesquisa qualitativa volta-se para a compreensão, apresentando-se essencialmente interpretativa, correspondendo à necessidade apresentada neste trabalho. Chizzotti (2003) afirma que os pesquisadores qualitativos admitem a vinculação da investigação

com os problemas éticos, políticos e sociais; utilizam as entrevistas em substituição aos questionários, fazendo uso da interpretação ao invés das estatísticas.

3.2 A pesquisa de campo

A priori, na elaboração do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (PTCC), foi adotado como objeto desta pesquisa, o movimento negro intitulado ENEGRESER, que realizava seus encontros periódicos na UnB. No entanto, tornou-se inviável analisar a atuação do ENEGRESER tendo em vista que o mesmo passava por um processo de reestruturação. Assim, foi necessário realizar algumas modificações no plano inicial de pesquisa.

Recorreu-se à Diretoria de Desenvolvimento Social da UnB (DDS), vinculada ao Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), que tem como um dos objetivos executar a Política de Assistência Estudantil da Universidade de Brasília, a fim de buscar dados relativos aos discentes cotistas. Como a tentativa não logrou êxito, optou-se por solicitar informações ao Centro de Convivência Negra (CCN), na mesma universidade, onde se estabeleceu contato com a atual coordenadora do Projeto Afroatitude. A partir de então o trabalho utilizou dados coletados do Projeto Afroatitude desenvolvido na Universidade de Brasília.

O Afroatitude surgiu por meio de uma ação do governo. O Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros (Brasil Afroatitude), assim denominado, foi lançado em 2004 através de parceria entre o Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde e Universidades que adotaram o sistema de cotas como mais uma via de acesso à instituição. Dentre elas a Universidade de Brasília. A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) também fez parte desta parceria.

O intuito da ação era fornecer bolsas de manutenção para alunos cotistas com dificuldades de permanecer nas universidades e em contrapartida deveriam ser realizados estudos sobre DST/Aids e suas relações com processos sociais.

O que era um programa passou a ser na UnB, um projeto que além de trabalhar com assunto supramencionado, abordando temas como drogas, violência infantil, abuso sexual, passou também a direcionar seus estudos para questões raciais.

O projeto conta hoje com cinquenta graduandos, todos cotistas cuja maioria pertence a área de humanas. Válido mencionar que são todos de classe média baixa. Em todo início de semestre é feita divulgação, por meio de cartazes ou comentários dos

alunos já participantes, sobre a disponibilidade de bolsas do projeto. E a inserção dos alunos interessados ocorre via processo seletivo, com análise dentre outros requisitos, da situação econômica familiar.

Os coordenadores do projeto realizam reuniões frequentes. No momento, com a mudança na coordenação e com a disponibilidade de um professor da Sociologia que trabalha junto aos alunos com as temáticas, os encontros acontecem uma vez por semana. Nestes, discutem-se assuntos sobre a temática racial.

De acordo com a atual assistente técnica, os acadêmicos cotistas desempenham um papel fundamental para a graduação, que é a produção de pesquisas. Muitas são voltadas para a área de humanas, sobretudo a questão racial. Mas existem também muitos trabalhos direcionados para outros âmbitos, relacionados com o objetivo inicial do projeto. Inclusive, as pesquisas desenvolvidas no afroatidade servem de estímulo para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

A assistente técnica, que fez parte do projeto desde o início de sua graduação (2006), começou a participar por meio de convite de uma amiga bolsista do afroatidade. A princípio atuou como voluntária e posteriormente fixou-se como bolsista do projeto. Bolsa esta que serviu de grande motivação para sua inserção.

Em suma, o projeto Afroatidade é uma grande oportunidade para os bolsistas, no sentido de manutenção durante a graduação; servindo para estimular a produção científica acadêmica e de preparar pesquisadores negros. Além disto, os debates sobre a questão racial esclarecem significativamente a concepção, o significado, a expressão e manifestação do racismo, do preconceito e da discriminação racial.

3.2.1 Dos entrevistados

Como estratégia de aproximação dos cotistas a serem entrevistados, bem como para um melhor entendimento da dinâmica do Afroatidade, a pesquisadora realizou diversas visitas ao Centro de Convivência Negra (CCN), bem como participou de reuniões semanais do grupo. Desta forma, a pesquisa de campo foi realizada nos meses de Março, Maio e Junho de 2010.

Em relação ao universo da pesquisa, entendido como o “conjunto de elementos que compõem nosso objeto de estudo” (OLIVEIRA, 2003, p.87), válido ressaltar que durante uma das reuniões do grupo Afroatidade, mediante autorização tanto da assistente técnica do mesmo quanto do professor que ministrava o encontro, a pesquisadora se

apresentou, falou do seu objeto de pesquisa e convidou os cotistas para participarem das entrevistas.

Foi explicitada a temática do trabalho, tendo como resposta a disponibilidade de alguns acadêmicos. Assim, o universo do trabalho contou com dezoito graduandos que manifestaram interesse em ser entrevistados, dentre os cinquenta participantes do Projeto Afroatitude.

Os cotistas foram contatados antecipadamente por telefone e as entrevistas foram agendadas conforme possibilidades dos graduandos. Dos dezoito estudantes, oito participaram do Pré-teste, que possibilitou o aperfeiçoamento do instrumento de pesquisa. O que se almejava era entrevistar os demais alunos da relação de cotistas que se dispuseram a fazer parte da pesquisa. No entanto, em virtude do não comparecimento de um cotista à entrevista agendada, foram entrevistados nove estudantes com base no roteiro semi-estruturado. As entrevistas duraram em média trinta minutos.

Para buscar uma relação mais estreita entre entrevistado e entrevistador, o instrumento adotado para a coleta de dados foi a entrevista semi-estruturada. De acordo com Richardson (2009), este tipo de instrumento, também denominado entrevista em profundidade, busca extrair dos entrevistados elementos mais relevantes, aspectos que viabilizam descrever a situação, ou fenômeno que está sendo trabalhado. A entrevista constituiu-se de dezessete questões abertas, separadas em blocos, que se referiam ao perfil do entrevistado, à sua participação no movimento negro, sobre ações afirmativas e por fim, sobre o Projeto Afroatitude.

Os objetivos da pesquisa foram explicitados aos entrevistados, que participaram do trabalho mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme regulamentações da Resolução 196/96 e do Comitê de Ética em Pesquisa. Aos participantes da pesquisa foi informado com clareza que, com intuito de preservar o sigilo dos entrevistados, não constariam dados que facilitassem a identificação dos mesmos.

A partir do conteúdo das entrevistas foi efetuada a análise dos dados, que por sua vez consistiu em captar o sentido dos mesmos, em compreender de modo mais profundo e amplo os dados apresentados, além de interpretar seus significados (CRESWELL, 2007).

Richardson (2009) considera como técnica para se trabalhar com os dados colhidos na pesquisa qualitativa, a análise de conteúdo, que permite apreender de forma

mais eficaz o discurso do entrevistado, de aprofundar e extrair elemento de real importância e estabelecer relações com proposições já existentes e ratificadas.

Importante mencionar que foi realizada anteriormente, entrevista com um integrante do movimento negro (ENEGRESER), com o intuito de entender a relação dos graduandos com o movimento em questão, momento no qual a pesquisadora tomou ciência de que o ENEGRESER estava em fase de reestruturação.

CAPÍTULO 4-ANÁLISE DE DADOS

As entrevistas foram realizadas com nove graduandos participantes do Projeto Afroatitude, estudantes dos cursos de: Letras/Português, Pedagogia, Serviço Social, Ciência Política, Administração, Saúde Coletiva (Campus de Planaltina), Arquivologia e Geologia. O grupo que compõe hoje o Projeto Afroatitude tem graduandos cujo tempo de participação varia de seis meses a quatro anos. Trabalham com pesquisas geralmente vinculadas à questão étnico-racial.

Entretanto, admite-se abertura caso o pesquisador demonstre interesse por outras temáticas. Também são realizadas reuniões, que atreladas às pesquisas, configuram contrapartida para o recebimento de bolsa de manutenção, considerada pelos alunos como uma medida cabível. Nestas reuniões, normalmente são discutidos temas vinculados à questão racial abordando também temáticas como gênero, saúde e mercado de trabalho.

Dessa forma, os estudantes entrevistados afirmam que a inserção no Projeto Afroatitude teve considerável repercussão na vida pessoal e acadêmica, favorecendo mudanças na concepção sobre o movimento negro e sobre as políticas de ações afirmativas, especificamente o sistema de cotas.

Os participantes demonstraram reconhecer e valorizar o papel do movimento negro na sociedade e a importância das ações afirmativas na vida dos cidadãos negros. Tais alterações decorrem da aproximação com a temática racial propiciada pelo projeto que suscita discussões, estudos e participação em eventos. As causas desse amadurecimento em relação à questão do negro serão tratadas com maior destaque nas considerações que se seguirão. As falas de alguns entrevistados deixam explícitas as referidas modificações.

“O Projeto possibilitou uma maior compreensão sobre a temática racial, a questão das cotas, como é a situação do negro hoje no Brasil. Repercutiu positivamente em minha graduação com a construção de uma concepção diferenciada.” (Participante H)

“ (...) a repercussão foi muito grande (...) tinha uma idéia mais simplista sobre o movimento negro e quando entrei no Afroatitude, comecei a ver e saber mais sobre o movimento brasileiro, a dar mais importância, a considerar mais qualquer tipo de associação direcionada para o espaço da população negra, para o cuidado da saúde

da mesma, da cultura. Acredito que, em relação às cotas nas universidades, o ideal seria mesmo a manutenção das cotas raciais e não sociais, (...) as cotas sociais objetivam silenciar o debate racial. Houve sim uma ampliação do significado da questão racial.” (Participante A)

O aprofundamento nas questões relacionadas à temática racial engloba conhecer melhor o funcionamento do racismo enquanto fenômeno estruturador das relações raciais. O racismo fundamenta-se na ideologia da existência de diferenças entre grupos raciais, sustentando uma inferioridade dos negros em relação aos brancos. Essa ideologia, muitas vezes colabora para que as pessoas cujas características fenotípicas, étnicas e culturais pertencentes ao grupo inferiorizado tenham dificuldades de afirmar e de aceitar sua própria identidade. Por isso, em alguns dos relatos dos entrevistados aparece a questão da não identificação com a sua cor, ou o não sentimento de pertença à população negra.

“Eu não tinha conhecimento sobre o racismo e hoje, com o pouco conhecimento que tenho, posso falar sobre a questão racial, posso reconhecer as práticas racistas. Eu antes nem mesmo me entendia como negra. Tanto que quando fui aprovada no vestibular minha mãe me perguntou como seria já que não era negra. Nunca discutimos em família sobre esta questão. Mas com o contato com o Afroatitudo tenho realmente outra noção.” (Participante B)

Mediante contexto de desvalorização, subrepresentatividade da maioria da população negra, bem como aos efeitos das relações interétnicas, torna-se compreensível a refutação da identidade étnica. O que é confirmado por Sodré (1999) quando o mesmo atesta que a identidade está inserida em um contexto relacional, ou seja, que é dependente de uma relação, de um processo histórico.

O discurso do estudante acima mostra que as desigualdades raciais, alimentadas pelo racismo, se colocaram de forma tão perene que passaram a ser entendidas como algo natural. Esse processo levou ao mesmo tempo a uma tentativa de anulação do racismo e de consideração de uma suposta coesão racial na sociedade brasileira.

No tocante à via de acesso todos os graduandos entrevistados ingressaram na Universidade de Brasília pelo sistema de cotas para negros, o que ocorreu entre os anos de 2006 e 2010. Apesar, no entanto, de alguns cotistas terem demonstrado dificuldades

em relação à identidade negra, o fato interessante é que dentre as razões que levaram os estudantes mencionados a optarem por esta via de acesso, foi destacado nas falas: a questão do reconhecimento da própria identidade e a noção de seus direitos, conforme explicitam alguns entrevistados.

“Eu optei pelas cotas porque já tinha um prévio conhecimento dos meus direitos (...), a minha irmã, que também foi aluna cotista, conversava muito sobre ações afirmativas em casa. Levava o debate pra casa (...) levava textos sobre o assunto e eu me interessava. Então, escolhi o sistema de cotas já sabendo, já entendendo que era uma ação afirmativa, já pensando numa reparação histórica mesmo.” (Participante A)

“Eu escolhi mesmo por causa do reconhecimento da minha identidade. Não porque falaram que era mais fácil, porque na realidade não é (...). Escolhi mesmo porque eu sou negra”. (Participante B)

Constata-se que existe a compreensão de alguns estudantes em relação ao reconhecimento de seus direitos. Desse modo, a cota racial na Universidade é por muitos entendida como uma política pública voltada para a população negra, cuja existência se fundamenta nos esforços intensamente empregados pelos movimentos negros, por meio de manifestações e reivindicações. Entretanto, um entrevistado expôs que em sua primeira experiência como vestibulando não havia ainda o entendimento sobre a questão dos direitos. Acreditava que o sistema de cotas era apenas mais um tipo de reservas de vagas.

“Cotas... nunca tinha escutado. Eu vi as reservas e me interessei. Achava que era só mais um tipo de reserva. Aí, num segundo vestibular da UFG, apareceu o tema na redação. Foi aí que surgiu o interesse pelo sistema de cotas.” (Participante D)

Quanto à importância do movimento negro, os discursos revelaram que este tipo de movimento social configura-se em espaço de diálogo, de fortalecimento do debate que cercea a questão racial, de identificação e conscientização, de luta, de reivindicação e protesto por maior inserção da população negra. Viabilizando, assim a igualdade de acesso a todos. Para todos os entrevistados a participação em movimentos negros, sejam eles quaisquer, congrega fundamental relevância.

Em que pese à clareza das declarações dos graduandos sobre a importância da atuação no movimento abordado, nenhum dos entrevistados participa ou participou de movimento negro ou de outras organizações vinculadas à movimentos sociais.¹³ Alguns apontamentos podem ser feitos em relação à essa realidade.

Uma primeira explicação corresponde à falta de acesso à discussões sobre questão racial antes do ingresso na universidade. De acordo com os entrevistados, o principal contato com a temática foi proporcionado após inserção no Projeto Afroatitude. Em algumas falas apareceu à questão da inexistência, nos departamentos a que estão vinculados, de disciplinas específicas que abordem, sistematicamente, a temática racial.

Outra possibilidade de explicar a in experiência dos cotistas na militância dos movimentos negros pode ser a não identificação com a temática, muitas vezes decorrentes da não afirmação de sua negritude, causada até mesmo pela ideologia disseminada no país de democracia racial, associada à ausência de conhecimento e aprofundamento da questão racial.

“Não, nunca participei de nenhum movimento negro, de nenhuma associação ou partido político. Na verdade a temática racial vem sendo esclarecida a partir do meu ingresso na universidade. A gente comentava em casa (...), tinha o contato com algumas pessoas que atuavam em movimento negro, mas nunca tinha pensado na possibilidade de participar.” (Participante G)

“Nunca participei do movimento negro, de associação ou de partido político. Apesar de achar muito importante, nunca tive interesse em atuar como militante. Sempre pensei em entrar para a universidade e me formar em tempo hábil, o mais rápido possível. Nunca tinha tido contato com o tema da discriminação racial, do racismo. Acho que por ser desligado nunca percebi a prática do racismo sobre mim. Talvez se eu fizesse uma reflexão mais profunda, talvez percebesse alguma atitude racista.”(Participante D)

¹³ Embora tenham sido explanadas as contribuições do movimento negro e destacada a importância desse movimento social, torna-se possível averiguar a inexistência, dentre os entrevistados, de militantes do movimento negro. O que inviabilizou a utilização de um bloco de perguntas destinado às pessoas que participam ou em algum momento participaram do movimento aqui enfatizado. Vale destacar, no entanto, que os discursos sobre a importância dos movimentos negros em contraposição a inexistente militância dos estudantes cotistas foi fundamental como dado de pesquisa e de análise no presente trabalho.

A afirmação dos estudantes no que diz respeito à ausência de conteúdos programáticos transmitidos que inserem a temática racial como preponderante, é discutida também pelo pesquisador Filho (2006). Em pesquisa realizada na Universidade Federal Fluminense, o autor constatou o baixo número de Trabalhos de Conclusão de Curso e publicações envolvendo a temática racial, o mesmo valendo para a grade curricular. Alega ainda, que tal situação repete-se em vários outros cursos universitários.

Outra questão que surgiu nas entrevistas foi a falta de divulgação dos vários movimentos negros existentes e a dificuldade de ter acesso aos mesmos. Por fim, a reduzida participação dos cotistas em movimentos negros pode estar vinculada também à questão de disponibilidade de tempo para se dedicar à vida acadêmica e cursar disciplinas, conciliando, assim com atividades extracurriculares.

“Não, eu nunca participei de nenhum movimento negro (...). Nunca tive interesse mesmo (...) falta de contato com a questão racial. Esse contato veio com a participação no Afroatitude. Eu não participo no momento porque trabalho e pego muitos créditos, o que não deixa muito tempo pra assumir um compromisso destes.”
(Participante C)

“(...) é que os movimentos negros são pouco difundidos, mesmo. A mídia não faz esta divulgação pelo fato de ser elitista e tenta manter a roda de poder que não inclui o negro.” (Participante F)

“Acho que futuramente poderia participar de algum movimento negro, sim. Conheço algumas pessoas que participam, que falam como é bom e que fazem convites. Apesar disto, não conheço muitos movimentos e acho que os mesmos são muito fechados e pouco divulgados.” (Participante B)

O movimento negro configura-se como espaço coletivo de importante representatividade política. Um âmbito no qual as questões inerentes aos afrodescendentes são colocadas, desde afirmação da negritude à proposição de políticas que visem mudar o quadro no qual se insere a população negra. Destarte, conhecer de fato os movimentos negros existentes e ter acesso aos mesmos coloca-se como preponderante para maximizar a atuação de militantes.

Assim, torna-se mister que os movimentos negros obtenham maior visibilidade, explicitando com mais clareza suas ações. Importante mencionar que para alcançar o proposto nestas linhas se torna necessário travar uma luta árdua com os setores midiáticos, que distorcem o papel e a função do movimento negro. Fato este percebido por um dos entrevistados, como pôde ser observado acima.

Em relação à contribuição do movimento negro na sociedade foi destacado pelos graduandos: a) a divulgação dos processos discriminatórios; b) a denúncia do mito da democracia racial, da inexistência do racismo; c) a construção/sustentação da identidade da pessoa negra; d) as reivindicações por espaços de diálogo, de debate na sociedade; e) as conquistas alcançadas; f) a luta pela inserção social dos negros e negras; g) a diminuição do preconceito do negro contra si mesmo; h) a politização dos negros; i) as reivindicações pela implementação de políticas de ações afirmativas.

As observações feitas pelos entrevistados apontam o amadurecimento dos mesmos no que tange à questão do negro. Os estudantes atribuíram o conhecimento adquirido ao trabalho desenvolvido pelo projeto Afroatitude que ofereceu discussões e análises acerca do papel assumido pelo movimento negro. Papel este de denunciar as práticas discriminatórias, desmistificando a noção de harmonia na convivência interétnica e a exclusão na qual se insere a população negra; a luta por fortalecer entre os negros sua identidade e a busca por espaço político viabilizador do debate em torno da questão racial, objetivando construir medidas de enfrentamento desta problemática.

Sobre a implementação de políticas de cotas nas Universidades, uma das modalidades de políticas de ações afirmativas, uma questão que se sobressaiu dizia respeito à reparação histórica. Esta pressupõe corrigir, consertar, restaurar algo sucedido. Santos (2003) acredita que a ideia de reparação mostra-se equivocada, uma vez que não é possível encontrar meios que corrijam os danos relativos ao tráfico negreiro à escravidão. No entanto, reparação significa também remediar as consequências de atos cometidos. Neste sentido, vai além de uma mera correção.

“As cotas são muito importantes, sim (...). Não só como reparação (...). é importante alimentar esse sistema de cotas pra conscientização da sociedade, da importância do negro nas universidades (...), não só nas universidades, mas no trabalho, no desenvolvimento da sociedade, enfim (...).” (Participante E)

“(...) as cotas são muito importantes, não só com o discurso que tem de reparação histórica, mas como algo que vai além disto (...)as cotas devem existir, devem acontecer, mas deve também ter um programa de assistência mais eficaz..., ampliado. Não é só jogar na universidade e pronto.Vejo as ações afirmativas como algo muito importante, mas que contêm falhas”.(Participante A)

Alguns entrevistados ressaltaram a importância das universidades não só implementar o sistema de cotas, mas também de criar ações de assistência estudantil, visando à permanência do cotista no ensino superior, ou seja, a valorização dos meios de inserção, mas também avançar no sentido de criar mecanismos que garantam a manutenção do graduando na academia.

A Universidade de Brasília conta com uma Política de Assistência Estudantil, que tem como pressupostos os princípios da equidade, da justiça social e da intersectorialidade das políticas sociais de Educação e Assistência Social. Dentre os programas executados estão a bolsa alimentação e de permanência, bem como moradia estudantil tanto para estudantes de graduação quanto para os de pós-graduação.

No entanto, especificamente para os alunos cotistas, existem somente as bolsas advindas do Projeto Afroatitude, que somam cinquenta bolsas de manutenção. Um número restrito diante da necessidade real, tendo em vista que o número de alunos que entram na UnB pelo sistema de cotas é muito maior.

Outro ponto abordado pelos entrevistados foi o foco das políticas de ações afirmativas. A maioria dos entrevistados considera que tais políticas devem se pautadas pelo recorte racial. Essa visão pode ser creditada ao fato de que são os negros as maiores vítimas da exclusão, o que pode ser ratificado pela análise dos indicadores sociais. Essas medidas se apresentam como um estratagema neutralizador dos efeitos da discriminação racial (GOMES, 2003). Omitir a problemática racial na elaboração destas políticas pode ser encarado como uma forma de silenciar, camuflar o racismo presente na sociedade brasileira.

“Acho o sistema de cotas extremamente importante. Agora, acho que tem que ser cotas raciais e não sociais (...). O que eu vejo é que nunca fui discriminada por ser

pobre (...), nunca fui impedida de ir aos lugares por isso e sim por ser negra.”
(Participante I)

No entanto, em meio a estas reflexões, dois graduandos explicitaram oposição à reserva de vagas embasada no recorte racial. A opinião destes entrevistados pode responder a uma lógica relacionada ao princípio da universalidade assegurada pela Constituição Federal de 1988, ou mesmo pelo argumento, corriqueiramente utilizado, de que os pobres são negros em sua maioria, portanto, política de redução de pobreza já seria suficiente para combater as desigualdades entre negros e brancos. Tal argumento não reconhece o fenômeno do racismo, da discriminação ou do preconceito racial, reforçando assim a condição social de todos.

“(...) não sou totalmente a favor das cotas do jeito que foi implementada na UnB. Considero importante as cotas sociais (...). Acredito na validade da ação para fomentar o debate e acredito também que esta política tem que ser temporal. Creio mesmo é na melhoria da educação.” (Participante H)

Quando indagados a respeito de como se viam enquanto alunos cotistas, muitos entrevistados responderam não se sentir diferentes em relação aos demais estudantes. Por outro lado, alguns entrevistados, suscitaram a questão da inferioridade frente aos estudantes não cotistas, do desconforto em relação à ótica e a posição social dos outros estudantes. Tais apontamentos podem estar vinculados ao discurso dos oponentes das políticas de ações afirmativas, que alegam incapacidade por parte do negro de adentrarem as universidades pelo critério padrão que enfatiza competências e habilidades, ou seja, traz o debate sobre o discurso meritocrático.

Outro fator merecedor de destaque concerne ao efeito subjetivo acarretado pelo racismo, uma vez que os negros acabam por internalizar estereótipos e características negativas sobre si. Cabe ressaltar que o efeito não se restringe ao cidadão negro, atingindo também o homem branco que incorpora a noção equivocada de superioridade.

“(...) sempre me posiciono como estudante cotista e sempre me senti desconfortável, tendo em vista os olhares de descontentamento, de desconfiança, de incômodo. Mas apesar disto me sinto mais integrada.” (Participante A)

“(...) antes de entrar na universidade já tinha meus objetivos traçados e independente de ter acessado pelo sistema de cotas ou não, os mantenho. Eu me vejo como qualquer outra aluna e tenho o objetivo de manifestar e produzir conhecimento, não necessariamente frequentar a universidade e depois sair e conseguir um bom emprego.” (Participante G)

No que diz respeito à produção de conhecimento, a inserção de acadêmicos via sistema de cotas, subsidia a formação de intelectuais negros fomentando assim o debate acerca da questão racial no ensino superior, bem como sobre a situação da população negra no Brasil. Vale destacar, que a presença dos negros nas universidades contribui de forma muito importante para a inserção de temas de interesse desse grupo populacional, que ainda hoje, não está suficientemente representado nos espaços de poder, inclusive na academia, onde muitas vezes as temáticas pesquisadas contribuem para disseminar ou perpetuar as desigualdades raciais existentes no país.

De acordo com Cunha Júnior (2003) o suposto universalismo científico colaborou na verdade para disseminação de teorias racistas e que o interessante diante disto, é reconduzir a primazia da ciência, de modo que os intelectuais negros estabeleçam as temática a serem abordadas.

Os entrevistados destacaram também, que sentimentos e percepções sobre diferenciações e inferioridade em relação aos não cotistas foram minimizadas após inserção no Projeto Afroatitude, tendo em vista que a atuação neste projeto trouxe um maior entendimento político da condição de estudante cotista. A redução de tais percepções associa-se ao processo de reconhecimento de identidade e autoafirmação, viabilizados pelas discussões promovidas pelo projeto, participação em fóruns, seminários, fortalecendo o negro em sua subjetividade.

“(...) quando não era do Afroatiude me sentia inferior em relação aos outros alunos, pelo fato de muitas pessoas falarem que pelo sistema de cotas é mais fácil entrar na universidade. E por esta razão que fui pesquisar se era realmente mais fácil. Constatei que não. Hoje me afirmo como negra e tenho orgulho de ser negra e aconselho aos jovens negros a optarem pelo sistema de cotas, por questão de autoafirmação, de buscar seu espaço.” (Participante B)

“A partir do momento que passei a participar do Afroatitude me senti mais inserida e não percebo diferença por parte dos outros alunos, pelo menos dos alunos de meu curso.” (Participante C)

“(...) enquanto cotista..., sei lá... me sinto como uma participante ativa do processo de mudança da cor na universidade. Tenho contato com amigos que entraram antes da cotas que dizem que os negros eram muito poucos. Eram mais africanos (...) e hoje isso está mudando”. (Participante I)

As falas demonstram que a aproximação, discussão e reflexões sobre a temática racial são fundamentais não só para desenvolver a auto-afirmação do ser negro, conquistando assim seu espaço na academia e reconhecendo-o como um direito, mas também contribui para que os participantes fomentem o debate durante a vida acadêmica, com os demais estudantes, cotistas e não cotistas. À medida que são debatidos temas como mercado de trabalho, gênero e saúde levando em consideração o recorte étnico-racial, como ocorre no Projeto Afroatitude, a apreensão em relação à problemática toma dimensões maiores.

A motivação que levou à inserção dos participantes no Projeto Afroatitude, de acordo com a maioria dos entrevistados, perpassa pelo interesse em realizar pesquisas, por debater a temática racial e pela oportunidade de manter financeiramente a graduação. Recaindo sobre a questão da manutenção e da formação de intelectuais negros e do fortalecimento da identidade.

“O que me motivou foi o objetivo de fazer pesquisas, de desenvolver o pensamento científico e me tornar uma possível intelectual negra, uma vez que ainda não são muitos quantos os intelectuais brancos.” (Participante G)

“(...) fui motivado pelo interesse pela temática racial, (...) pelo desejo de fazer pesquisa. Recebi também um convite da coordenadora do projeto(..). além da bolsa que ajuda a me manter na academia, com o xerox e alimentação.” (Participante H)

O reconhecimento e debate sobre os obstáculos enfrentados pelos negros na sociedade propiciam uma análise mais crítica das relações sociais e do que as mesmas reproduzem e impactam negativamente na população negra nos âmbitos social, político,

econômico e cultural permitindo erigir formas de enfrentamento da questão. Isto corrobora a idéia de Filho (2006) de que se torna pouco provável atuar sobre algo que não se conhece ou que não se domina a essência.

Apesar desse autor abordar essa questão voltada para o âmbito do Serviço Social, é perfeitamente cabível a extensão da aplicação. Sobre esse assunto e com ênfase para o meio acadêmico Carvalho (2005) enfatiza que o desconhecimento e a precariedade de informações dissipadas no que concernem às relações sociais, tanto na sociedade quanto na própria academia, constitui estratégias de silenciamento frente à realidade interna de exclusão.

Importante colocar que a discussão sobre a questão étnico-racial se restringe apenas a grupos específicos não abarcando toda a comunidade acadêmica. Sodré (2000) acredita que essa socialização é fundamental. Tal iniciativa perpassaria pela isotopia, que pressupõe a convivência, a partilha de poder, de decisão, fundamentada pelo respeito, pela parceria plena em detrimento da mera tolerância. A extensão dos debates e reflexões é estratégica no sentido de permitir o confronto e enfrentamento do problema que atinge a sociedade brasileira e que estrutura e é estruturante da mesma: o racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou captar a percepção dos alunos cotistas inseridos no Projeto afroatidade sobre o significado do movimento negro e das políticas de ações afirmativas, em especial o sistema de cotas para negros nas universidades.

Válido se faz ratificar a apreensão da heterogeneidade dos movimentos negros existentes no Brasil neste trabalho, embora o termo tenha sido abordado na forma singular, uma vez que não se apresentava como intenção o aprofundamento dessa questão.

Por meio dos dados colhidos, tornou-se possível apreender que o Projeto Afroatidade configurou papel relevante no amadurecimento dos graduandos cotistas, no tocante ao âmbito pessoal bem como acadêmico.

Os alunos absorveram, a partir das discussões desenvolvidas pelo projeto, maior compreensão acerca do papel e da importância do movimento negro, enquanto movimento social reivindicador de uma nova estrutura, desvinculada do fenômeno do racismo, do preconceito e das suas manifestações-a discriminação racial. Um movimento demandante de uma reorganização sócioeconômica e política que permita à população negra ter acesso de modo igualitário às oportunidades e bens sociais.

A participação no Projeto Afroatidade despertou certo interesse por parte dos graduandos entrevistados em participar de movimentos negros. No entanto, ainda não foi possível observar a efetivação deste empenho, tendo em vista que, apesar da apreensão da relevância do movimento negro, nenhum dos entrevistados atua nesses espaços democráticos de participação e representatividade política.

Necessário se mostra colocar a dificuldade de acesso aos movimentos negros existentes, segundo exposição dos entrevistados, o que pode ser entendido como um dos fatores que afasta os cotistas da militância no movimento em questão. Acredita-se que este fato poderia se constituir matéria de interesse futuro, já que existe o reconhecimento das manifestações erigidas pelo movimento negro e dos avanços alcançados por intermédio da luta.

Conforme exposições foi possível perceber que os graduandos entendem as políticas de ações afirmativas como algo indispensável, considerando as estratégias existentes, sendo portanto, um arcabouço de respostas aos processos reivindicatórios do movimento negro. Apreendem como uma forma de inserir a população negra nos espaços nos quais se fazem subrepresentados.

E no que diz respeito ao ensino superior, que é de maior interesse desse trabalho devido à organização do mesmo, o sistema de cotas se propõe a ser um elemento viabilizador da formação de intelectuais e pesquisadores negros. Em que pese ter surgido entre os entrevistados a necessidade de se elaborar políticas de ações afirmativas sociais, foi preponderante a necessidade do recorte racial .

Os trabalhos executados no Projeto Afroatitude - pesquisas, participação em seminário, fóruns, discussões semanais - sobre a temática racial relacionados a outros temas como gênero, saúde, dentre outros, colaboraram significativamente para a constatação da hipótese levantada nesse trabalho, de que a participação no Projeto Afroatitude altera percepção dos alunos cotistas em relação ao movimento negro e as políticas de ações afirmativas, mais especificamente as cotas.

O que se torna perceptível é o fato de que o Afroatitude estreita as relações entre seus participantes, ou seja faz com que os negros se relacionem, compartilhem experiência, vivências e fortaleçam a noção de identidade. No entanto, faz-se necessário a expansão da troca de experiências e convivência , de forma que negros e brancos convivam, eximindo o “fantasma” da tolerância.

A apreensão mais complexificada por parte dos alunos cotistas do Afroattude no que diz respeito à temática racial, significa contribuir para o fomento e aprimoramento de discussões e debates sobre a situação da população negra na sociedade. Pode proporcionar maior visibilidade no meio acadêmico dos assuntos cujo foco é o segmento populacional negro.

O aprofundamento da questão racial, o melhor esclarecimento desta temática colabora para o desenvolvimento de pesquisas, de trabalhos, de produção de conhecimento. Com a inserção de alunos negros nas universidades e discussões constantes acerca da temática racial, torna-se plausível a formação de mais intelectuais negros e de maior produção de conhecimento nessa área. O que se mostra de extrema relevância considerando a configuração da sociedade brasileira.

A sociedade permanece estruturada sócio-economicamente pelo fenômeno do racismo, que viabiliza a manutenção do *status quo*, a preservação da estrutura de poder social e econômico, constituído pelo segmento populacional branco. Sendo assim, cabe além da sociedade, mas primordialmente ao Estado, a transformação da configuração societária atual, consequência de todo um processo histórico.

O movimento negro atua pressionando, reivindicando ações, mas a elaboração e implementação de políticas públicas requer a atuação do Estado. Mesmo que políticas

de ações afirmativas possam ser engendradas pelo setor privado, o Estado necessita estar a frente das iniciativas e da adoção de medidas, atuando de modo expressivo buscando extirpar as desigualdades sócio-raciais.

Em relação ao Serviço Social procede que a materialidade do mesmo é conformada pela questão social, na qual se insere, dentre outro aspectos, a desigualdade racial, observável a partir das assimetrias sócio-econômicas entre os grupos sócio-raciais. Assimetrias essas fundamentadas pelos fenômenos do racismo, preconceito e discriminação racial.

Ao considerar que os assistentes sociais atuam na direção da viabilização dos direitos, se posicionando contra todo tipo de opressão, exploração e alienação, como orientado no Código de Ética da profissão (1993); e que além disso, apresenta um Código defensor de princípios como a plena expansão dos indivíduos sociais, o posicionamento em prol da justiça social e da equidade e o empenho na eliminação das formas de preconceitos, os profissionais necessitam diante da questão racial, se aprofundar na temática e se apropriar da discussão étnico-racial.

Além disso, se a profissão tem como instrumento de atuação as políticas públicas/sociais, não faz sentido prescindir à problemática em torno da questão racial, que vem sendo enfrentada pr meio da elaboração e implementação de políticas públicas e privadas, com as ações afirmativas.

Assim, a análise dos discursos dos alunos cotistas sobre a temática étnico-racial mostrou-se importante, tendo em vista que este é um tema coetâneo e imprescindível nos dias atuais em virtude da situação de extrema desigualdade em que vivem os negros e do debate em torno da questão do negro instigada pelo movimento negro. Atrelado a isto o tema demonstrou-se coerente com os propósitos e compromissos explicitados no Código de Ética do Assistente Social, instrumento orientador da atuação profissional.

A temática em torno da questão racial suscita grandes debates e se coloca como interessante para elaboração de trabalhos acadêmicos. A discussão perpassa muitas vezes, embora exista uma gama de assuntos dentro dessa temática que podem ser explorados, pela suposta inconstitucionalidade ou não da política de cotas. Ações, bem como opiniões contrárias a estas políticas se evidenciam cada vez mais.

Neste sentido, cabe então ao movimento negro recrudescer ainda mais sua potencialidade nesta luta. Agregando um número maior de ativistas, como os alunos que acessaram a universidade via sistema de cotas. Estes, mediante sua condição,

podem ser influenciados a ingressar ou a participar mais ativamente nestas instâncias, objetivando avanços substanciais das políticas de promoção da igualdade racial e viabilizar facilidades no acesso ao ensino, ao mercado de trabalho e a uma renda mais digna.

Desta forma, a participação em espaços democráticos e de afirmação de cidadania e de identidade como o movimento negro, pode não ser um fator que afete diretamente a formulação de políticas de ações afirmativas, mas pode exercer pressão significativa sobre as instâncias de poder. O movimento negro, assim coloca-se com um âmbito propício ao levantamento de questões, questionamentos, construções de propostas que incitam em anseio por mudanças e pelo combate ao racismo fortemente presente ainda no nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Código de Ética do Assistente Social. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão.** 3 ed. atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1997.

BRASIL. **Lei n.º10.639** de 09 de Janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm> Acesso em: 02 de ago. 2010.

CARDOSO, Marcos Antônio. **O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

CARNEIRO, S. Focalização x Universalização. Correio Braziliense, 25 de abr. 2003.

CARVALHO, J. J. de. **Inclusão étnica e racial no Brasil:** a questão das cotas no ensino superior. São Paulo: Attar, 2005.

CHIAVENATO, Júlio José. **O Negro no Brasil:** da senzala à Guerra do Paraguai. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais:** evolução e desafios. Revista Portuguesa de Educação. Braga, ano/vol. 16,n. 002, pp. 221-236, 2003.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2 ed. trad. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DURIGUETTO. M. L; SOUZA, A. R. de; SILVA, K. N. e. **Sociedade civil e movimentos sociais:** debate teórico e ação prático-política. Rev. Katálysis. Florianópolis, vol.12, n.1, p.13-21. Jun 2009.

FERNANDES, F. Significado do protesto negro. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1989.

FERNANDES, R, L.da S. **Movimento negro no Brasil:** mobilização social e educativa afro-brasileira. Revista África e Africanidades – Ano 2 - n. 6 - Agosto. 2009. Disponível em: <http://www.africaeafricanidades.com/documentos/Movimento_Negro_no_Brasil.pdf> Acesso em: 02 de ago. 2010.

FILHO, J.B. da S. O serviço social e a questão do negro na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 2006.

JACCOUD, L. D; BEGHIN, N. **Desigualdades raciais no Brasil:** um balanço da intervenção governamental. Brasília: Ipea, 2002. 152 p.

JÚNIOR, H. C. **A formação de pesquisadores negros:** o simbólico e o material nas políticas de ações afirmativas. In: GONÇALVES E SILVA, Beatriz Petronilha; SILVÉRIO, V. R. (Org.). **Educação e ações afirmativas:** entre a injustiça simbólica e a

injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

GOMES, J. B. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, R. E. dos; LOBATO, Fátima (Org.). **Ações afirmativas: políticas públicas contras as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GUIBERNAU, M. **Nacionalismo: O estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. 34. ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2002.

IPEA. **Igualdade Racial-Políticas Sociais: acompanhamento e análise I7I, AGO., 2003.** Disponível em: <
http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_07/IGUALDADE_RACIAL.pdf> Acesso em: 26 de jul. 2010.

IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. 13 ed. 2007.

MARCHA ZUMBI CONTRA O RACISMO, PELA CIDADANIA E A VIDA. **Por uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade racial**. Brasília: Cultura Gráfica e Editora Ltda, 1996.

MOREIRA, Diva. Reflexões sobre mudança sócio-racial no Brasil. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS E TAKANO CIDADANIA (Org.). **Racismos Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Ed., 2003.

MOURA, Clóvis. Formas de resistência do negro escravizado e do afro-descendente. In: **O negro na sociedade brasileira: Resistência, participação, contribuição**. História do negro no Brasil. Vol. 1. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **O negro na sociedade brasileira: Resistência, participação, contribuição**. História do negro no Brasil. Vol. 1. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.

_____. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. In: GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz; SILVÉRIO, V. R. (Org.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

NASCIMENTO, Abdias. **Combate ao racismo: discursos e projetos**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.p.98-111.

OLIVEIRA, M. M.de. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OSÓRIO, R. G. **Desigualdades raciais e gênero no serviço público civil**. Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza

e Geração de Emprego (GRPE). Brasília: OIT - Secretaria Internacional do Trabalho. 2006.

PORTAL DA UNB. Sistema de Cotas para Negros. Disponível em: <http://www.unb.br/estude_na_unb/sistema_de_cotas>. Acesso em: 27 jul. 2010.

RICHARDSON, R.J. (et. al). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. rev. aum. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, I.A.A.dos. Discriminação: uma questão de direitos humanos. In: OLIVEIRA, D. D. de. (Org.). **50 anos depois: relações raciais e grupos socialmente segregados**. Brasília: Movimento Nacional de Direitos Humanos, 1999.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL-SEPPPIR. **Quilombos no Brasil**. Acesso em: 27 de jul. 2010. Disponível em: <http://www.portaldaignualdade.gov.br/copy-of-aco.es>.

SODRE, Muniz. Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

TERCEIRA CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE AO RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA. **Declaração de Durban e Plano de Ação**. Trad.Verônica Maria da Silva Gomes. Durban, 2001.

TOMEI, Manuela. **Ação afirmativa para a igualdade racial: características, impactos e desafios**. OIT Igualdade Racial. PQAS, 2005.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. Ser negro no Brasil hoje. 11 ed., ver. e ampl. . São Paulo: Moderna, 1994.

Web sites:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Pesquisas registram a desigualdade racial nos sistemas de ensino**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13406&Itemid=86 Acesso em: 14 out. 2009.

REVISTA SOCIALISMO E LIBERDADE. **População de negros e brancos quase se igualam, mas desigualdades continuam**. Disponível em: <<http://www.socialismo.org.br/portal/identidades-racismo/204-noticias/544-populacao-de-negros-e-brancos-quase-se-igualam-mas-desigualdades-continuem-diz-ipea> > Acesso em: 14 out. 2009.

ANEXOS

Anexo 1

Roteiro de Entrevista com estudantes cotistas do Projeto Afroatitude da Universidade de Brasília

Bloco I. Perfil do entrevistado

- 1) Qual o seu curso?
- 2) Em que semestre e ano entrou na UnB?
- 3) Você entrou na UnB pelo sistema universal ou pelo sistema de cotas?

Bloco II. Participação em Movimento Negro

- 4) Acha importante participar de algum Movimento Social vinculado à questão racial? Por quê?
- 5) Já participou ou participa de algum Movimento negro? Caso sim: qual?
- 6) Em sua opinião qual o papel/contribuição do Movimento Negro?

Bloco III. Somente para entrevistados que participam ou já participaram de algum grupo/movimento social vinculado à questão racial

- 7) Qual foi o movimento que participou/participa?
- 8) Participou por quanto tempo ou participa há quanto tempo?
- 9) O que motivou sua inserção nesta (s) instância (s) de participação?
- 10) Como foi sua experiência (ou como está sendo sua experiência) ao participar desse grupo?

Bloco IV. Percepção sobre Políticas de Ações Afirmativas/Cotas nas Universidades

- 11) O que acha da implementação de políticas de cotas nas Universidades? Por quê?
- 12) Como você se vê enquanto cotista?

Bloco V Participação no Afroatitude

- 13) O que motivou sua inserção no Afroatitude?
- 14) Há quanto tempo participa do Projeto?
- 15) Qual a repercussão do Afroatitude em sua vida?
- 16) Quais são as atividades que participa no Projeto? O que você acha dessas atividades?
- 17) Em geral, quais são os temas trabalhados nas reuniões do Projeto?

Gostaria de acrescentar algo?

Obrigada pela contribuição.

Anexo 2**Roteiro de Entrevista com participante do ENEGRESER**

- 1) Curso/ Profissão:
- 2) Há quanto tempo faz parte deste Movimento?
- 3) Já atuou em outra instância de participação?
- 4) O que motivou sua inserção neste (s) espaço (s)?
- 5) Quando e como emerge o ENEGRESER e como sr(a) o compreende?
- 6) Quais são os objetivos do ENEGRESER?
- 7) Qual o perfil dos alunos que participam do ENEGRESER?
- 8) De que maneira as pessoas chegam até o ENEGRESER? Existe algum processo pelo qual necessitem passar para tornarem-se participantes?
- 9) Com quantos participantes conta o Movimento e qual a periodicidade das reuniões?
- 10) A seu ver existe alguma relação entre alunos que entraram na UnB pelo sistema de cotas e a participação em Movimento Negro?
- 11) Existe alguma mobilização por parte dos dirigentes visando ampliar o número de participantes do ENEGRESER?
- 12) Como avalia a participação dos acadêmicos cotistas e não-cotista da UnB neste Movimento?
- 13) Existe contribuição do ENEGRESER para ampliar a Política de Cotas da UnB ?
- 14) De acordo com seu entendimento qual é a aceção dos acadêmicos, participantes deste Movimento, sobre Movimento Negro e Ações Afirmativas?
- 15) Tem algo que gostaria de acrescentar?

Obrigada pela contribuição.

Anexo 3**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Essa pesquisa tem como objetivo analisar a participação em espaços democráticos, em especial o movimento negro, de alunos que ingressaram na UnB tanto pelo sistema de cotas quanto pelo sistema universal.

O senhor (a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhes asseguramos que o seu nome não aparecerá, sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo (a). A sua participação será por meio de entrevista. Não existe um tempo pré-determinado para a entrevista, sendo respeitado o tempo de cada um para responder às perguntas.

Se senhor (a) concordar em participar da pesquisa, mas, por algum motivo, mudar de idéia terá todo o direito de sair a qualquer momento sem nenhum prejuízo. O senhor (a) poderá também se recusar a responder qualquer questão que julgar constrangedora. Esclarecemos ainda que esse termo lhe será entregue em duas vias: uma cópia ficará com o participante e a outra será entregue à pesquisadora.

Os resultados da pesquisa serão utilizados para a elaboração do trabalho final de conclusão de curso de graduação, do Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sob os cuidados da pesquisadora.

Nome do (a) participante: _____

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura da pesquisadora responsável:

Local e data: _____